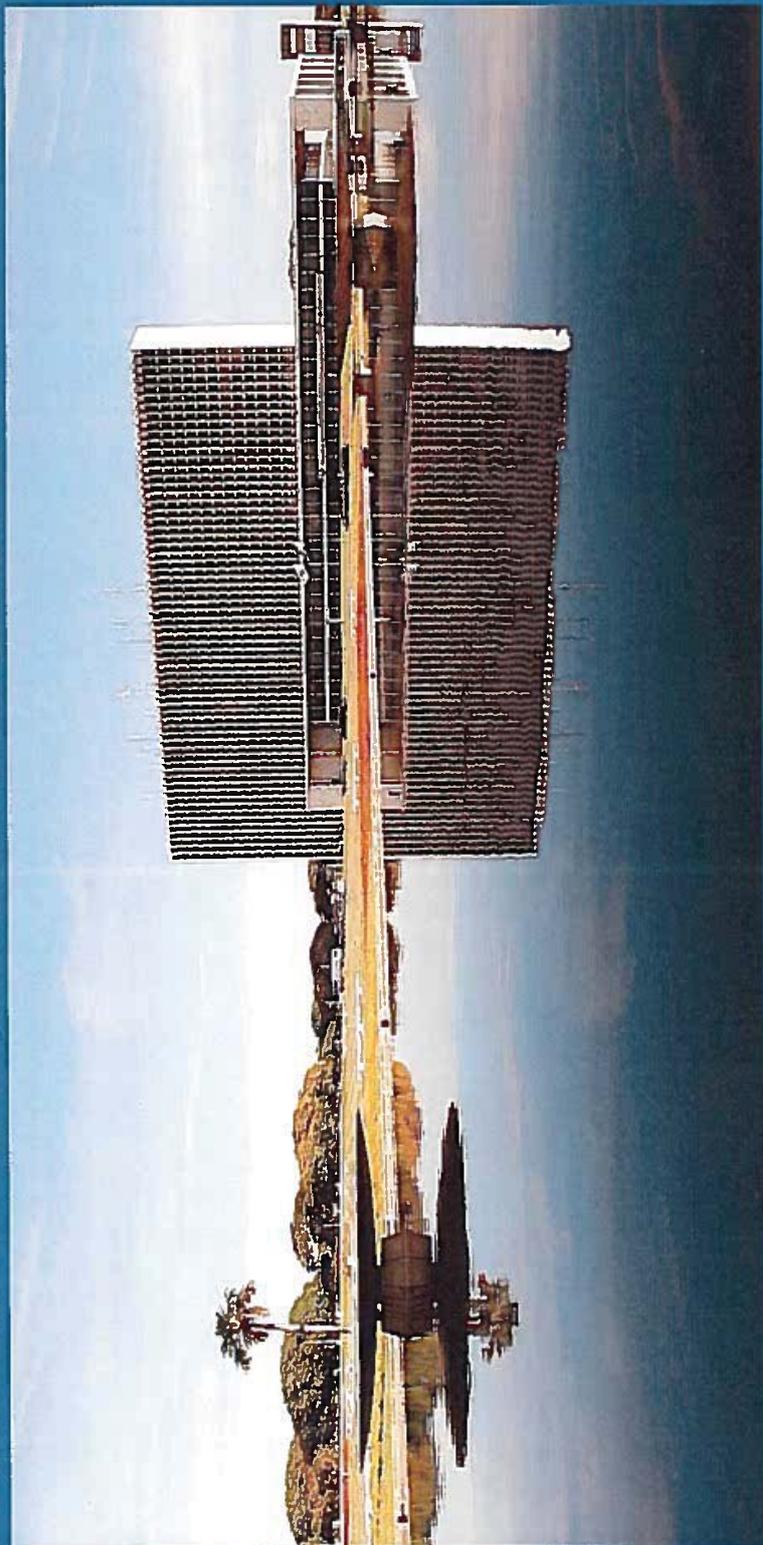


Governo do Distrito Federal
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subsecretaria de Controle Interno
Diretoria de Fiscalização dos Instrumentos da Ação Governamental



Anexo VI **Volume III** **2014**

**Relatório sobre o controle das Operações de Crédito,
Avais e Garantias, bem como dos Direitos e Haveres do Distrito Federal**

SER. FRODT 00003 /15-Folha Nº 003947 versõ. *Paula*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subsecretaria de Controle Interno

**RELATÓRIO SOBRE O CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO,
AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES
DO DISTRITO FEDERAL**

ARTIGO 80, IV DA LODF E ARTIGO 138, XIII DO REGIMENTO INTERNO DO TCDF

EXERCÍCIO 2014

BRASÍLIA – MARÇO DE 2015
SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SP, FROC 00003 /15-Folha Nº 003848



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAIS E HAVERES
ii

CONTROLADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DJACYR CAVALCANTI DE ARRUDA FILHO

CONTROLADOR GERAL ADJUNTO

RENATO DE OLIVEIRA ALVES

SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

MARCELO HERBERT DE LIMA

COORDENADORA DE AUDITORIAS ESPECIALIZADAS

MÍRIAM DA SILVA CARVALHO BURNETT

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE GOVERNO

GUSTAVO RODRIGUES LIRIO

DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

GISELE ALVES DE REZENDE

EQUIPE DE AUDITORIA

GISELE ALVES DE REZENDE

SFL FRODC 00003 /15-folha Nº 003329 vers. 1.0
Sandra



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
iii

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	5
2	ESCOPO E ABRANGÊNCIA	6
3	ANÁLISE DOS ITENS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO.....	8
3.1	DÍVIDA PÚBLICA	8
3.1.1	DÍVIDA FLUTUANTE	12
3.1.1.1	ANÁLISE DE RESTOS A PAGAR.....	13
3.1.1.2	ANÁLISE DOS VALORES DE RESTOS A PAGAR NÃO INSCRITOS.....	15
3.1.1.3	ANÁLISE DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	18
3.1.1.4	ANÁLISE DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS – ATIVO DISPONÍVEL	19
3.1.2	DÍVIDA CONSOLIDADA OU FUNDADA.....	23
3.1.2.1	DÍVIDA MOBILIÁRIA.....	25
3.1.2.2	DÍVIDA CONTRATUAL	25
3.1.2.3	PRECATÓRIOS JUDICIAIS.....	43
3.1.2.4	PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS.....	46
3.2	DIREITOS E HAVERES	46
3.2.1	HAVERES FINANCEIROS.....	47
3.2.2	HAVERES MOBILIÁRIOS.....	48
3.2.3	DÍVIDA ATIVA	49
4	DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	52
4.1	LIMITES DAS RECEITAS REALIZADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	57
4.2	LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	58
4.3	ALIENAÇÃO DE BENS	59
4.4	CONCESSÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	60
4.5	REGRA DE OURO.....	61
5	DAS VEDAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM ANO ELEITORAL	62
6	CONCLUSÕES.....	63
	ANEXOS	66
	ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014.....	66
	ANEXO II – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL – EXERCÍCIO 2014....	71
	ANEXO III – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS DO GDF E SIGLAS.....	72

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003549

SPL PROC 00003 /15-FOLHA Nº 003949 VER-SOL

Sandra



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAS E HAVERES
5 de 74

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de Relatório da Subsecretaria de Controle Interno/CGDF para cumprir os mandamentos do art. 80 da Lei Orgânica do DF, especialmente o que dispõe o seu § 4º:

Art. 80. Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

[...]

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como o dos direitos e haveres do Distrito Federal;

[...]

§ 4º A prestação de contas anual do Governador e as tomadas ou prestações de contas anuais dos administradores dos órgãos e entidades do Distrito Federal deverão ser acompanhadas de relatório circunstanciado do órgão de controle interno sobre o resultado das atividades indicadas neste artigo. (grifou-se).

A citada norma guarda correlação com a Constituição Federal, que estabelece no inc. IV do art. 74:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

[...]

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como o dos direitos e haveres da União. (grifou-se)

Além dos dispositivos mencionados, o art. 138, inc. VIII da Resolução TCDF nº 38/1990, com alteração dada pela Emenda Regimental nº 24/2008, dispõe:

Art. 138. As contas a serem apresentadas pelo Governador, conforme estabelece o art. 100, inc. XVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, nelas incluídas as do Poder Legislativo, deverão conter os seguintes elementos:

[...]

XIII – relatório sobre os controles e avaliações previstos nos incisos I a V e no § 4º do art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

Dessa forma, o presente Relatório está organizado em quatro partes, as quais estão identificadas a seguir:

- ESCOPO E ABRANGÊNCIA (tópico 2): contextualização do relatório;
- ANÁLISE DOS ITENS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO (tópico 3): apresenta os resultados de cada elemento que o integra e seus desdobramentos, ou seja, Operações de Crédito, Avais e Garantias, e Direitos e Haveres;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO A HAVERE
6 de 74

- DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (tópico 4): apresenta informações sobre o cumprimento dos limites da LRF, cuja análise se pauta nos parâmetros por ela estabelecidos, e para a qual foram feitas as seguintes verificações:
 - A ocorrência de contratação de Operação de Crédito e a verificação dos parâmetros da Resolução nº 43/2001, alterada pela Resolução nº 32/2006, ambas do Senado Federal – SF;
 - O excesso de receitas com Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital;
 - A ocorrência de Operação de Crédito por Antecipação de Receita, cujo saldo devedor não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% da Receita Corrente Líquida, definida no art. 4º, observado o disposto nos arts. 14 e 15 da Resolução nº 43/2001–SF, conforme preconiza seu art. 10;
 - O excesso das Operações de Crédito Interna e Externa e a Antecipação da Receita Orçamentária, em relação ao Limite de 16% da Receita Corrente Líquida – RCL, estabelecido no inc. I, do art. 7º, da Resolução nº 43/2001–SF;
 - O limite de 200% da Receita Corrente Líquida – RCL, definido no inc. I, do art. 3º, da Resolução nº 40/2001–SF, para a Dívida Consolidada Líquida;
 - A utilização da Receita de Alienação de bens no financiamento de Despesas Correntes; e
 - O limite de 22% da Receita Corrente Líquida – RCL, definido no art. 9º, da Resolução nº 43/2001–SF, para o saldo global das Garantias Concedidas pelo Distrito Federal.
- DAS VEDAÇÕES LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM ANO ELEITORAL (tópico 5): apresenta informações gerais sobre a observância das restrições, em ano eleitoral, impostas pela LRF, em seus arts. 21, 38 e 42.

SRL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003350 verso *Paula*

2 ESCOPO E ABRANGÊNCIA

Os trabalhos foram executados no período compreendido entre abril/2014 e março/2015, limitando-se ao escopo definido na Ordem de Serviço nº 52/2014–CONT/STC e fundamentaram-se na documentação fornecida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO O AVANÇO
7 de 74

Federal (Subsecretaria do Tesouro – SUTES/SEF, Subsecretaria de Receita – SUREC/SEF), pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, na Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEPLAG, e em outras visitas *in loco*. Além disso, foram consultados: Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO e anexos, informações em Diário Oficial do Distrito Federal, sistemas de informações oficiais do GDF, doutrina especializada e a rede mundial de computadores.

Os órgãos consultados não impuseram quaisquer restrições ou empecilhos à execução dos procedimentos de auditoria utilizados; entretanto, ressalva-se que algumas unidades não atenderam integralmente aos questionamentos da Subsecretaria de Controle Interno.

Destaca-se que as informações e análises apresentadas no presente relatório referem-se às informações contabilizadas no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, e alcançam a administração direta e indireta do poder executivo e o poder legislativo do Distrito Federal, compreendidas as autarquias, fundações e fundos mantidos pelo Poder Público, empresas públicas e demais entidades em que o Distrito Federal detenha a maioria do capital social, não compreendendo, portanto, as empresas não dependentes do orçamento distrital. As situações excepcionais são informadas quando necessário.

Convém ressaltar também que as informações contábeis processadas por meio do sistema SIGGo passaram por alterações diversas, do exercício de 2013 para o exercício de 2014, em decorrência do processo de convergência das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, cujas orientações estão disponibilizadas no manual do Plano de Contas 2014 – Parte Teórica, 2ª Edição¹, elaborado pela Subsecretaria de Contabilidade/SEF.

¹ Disponível em: [www.fazenda.df.gov.br/Contas Públicas/GestãoContábil/Manuais-de-Contabilidade](http://www.fazenda.df.gov.br/Contas%20P%C3%BAlicas/Gest%C3%A3oCont%C3%A1bil/Manuais-de-Contabilidade) (consulta em 13/03/2015)

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 00351



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
8 de 74

3 ANÁLISE DOS ITENS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO

3.1 DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Pública² são compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender às necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de um empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.) e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no inc. III do art. 29, define as Operações de Crédito como compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

A LRF define ainda, no § 1º do mencionado artigo, que se equipara à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

A Resolução nº 43/2001–SF, consoante o art. 3º, com alterações introduzidas por meio da Resolução nº 19/2003–SF, equipara a Operações de Crédito:

- Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito; e
- Assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

² Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/glossario> - Consulta em 10/03/2015.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
9 de 74

De acordo com o Plano de Contas do Governo do Distrito Federal, vigente a partir de 01/01/2014, as Operações de Crédito estão contabilizadas nas seguintes rubricas contábeis, cujos respectivos detalhamentos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC/SIGGo:

- **222.110.000 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM CONTRATOS – INTERNO – CONSOLIDAÇÃO:** compreende os empréstimos contratuais ou mobiliários assumidos dentro do país e transacionados, em regra, em moeda nacional, com vencimento no longo prazo. Essa conta está desdobrada na seguinte conta de escrituração:
 - **222.110.200 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM CONTRATOS:** registra o valor das obrigações referentes a operações de crédito interna, os compromissos de exigibilidades superior a doze meses, decorrentes de contratos celebrados no país, para obtenção de recursos.
- **222.130.800 – DÍVIDAS PARCELADAS COM A UNIÃO:** compreende as dívidas contratuais assumidas dentro do país e transacionadas, em regra, em moeda nacional, com vencimento no longo prazo com a união. Essa conta está desdobrada na seguinte conta de escrituração:
 - **222.130.801 – Parcelamento de INSS:** registra os compromissos de exigibilidades decorrentes de parcelamento junto ao INSS através de contratos.
- **222.310.300 – FINANCIAMENTOS CEF HABITAÇÕES:** não apresenta a sua função descrita no detalhamento Conta Contábil no sistema SIAC/SIGGo, entretanto, a função da conta 222.310.000 – Financiamentos a Longo Prazo – Interno – Consolidação define que: compreende as obrigações decorrentes de aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor ou instituição financeira assumidas dentro do país e transacionadas, em regra, em moeda nacional, com vencimento no longo prazo.
- **222.210.000 – EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – EXTERNO – CONSOLIDAÇÃO:** compreende os recursos exigíveis a longo prazo, obtidos através de empréstimos contratados com organismos domiciliados fora do país. Essa conta é desdobrada na seguinte rubrica contábil de escrituração:
 - **222.210.200 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO – EM CONTRATOS:** registra valores exigíveis a longo prazo, decorrentes de operações de crédito contraídas com a celebração de contratos no exterior.

SFL FACC 00003 /15-Folha Nº 003352



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
10 de 74

A LRF, em seus arts. 5º, 29 a 40, 60, 61, 65, 66 e 73, estabelece, em conjunto com outros normativos legais, classificações e conceitos para as diferentes formas de financiamento do Estado, conforme apresentados a seguir:

▪ **Quanto ao prazo: curto e longo prazo:**

- OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA – AROS: espécies de empréstimos de curto prazo (de até doze meses) visando suprir o déficit de caixa, a serem devolvidos no mesmo exercício financeiro, consoante o § 8º, do art. 165 e o inc. IV, do art. 167, da Constituição Federal e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.008/1993;
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM GERAL: empréstimos de longo prazo que visam atender, via de regra, a despesas de capital (Investimentos, Inversões Financeiras, Transferências de Capital).

▪ **Quanto à forma: flutuante ou fundada (contratual):**

- DÍVIDA FLUTUANTE: assim compreendida aquela contraída a curto prazo (de até 12 meses) para satisfazer necessidades momentâneas do Tesouro, provenientes de despesas imprevistas e da falta de receitas ainda não cobradas (art. 92 da Lei nº 4.320/1964). São dívidas cujo pagamento independe do orçamento; e
- DÍVIDA CONSOLIDADA OU FUNDADA: contraída a longo prazo (acima de 12 meses), ou até sem prazo certo e sem obrigação de resgate, com pagamento de prestação de juros (amortizável ou perpétua), conforme art. 98, da Lei nº 4.320/1964. Destina-se a cobrir desequilíbrio orçamentário ou a financiar obras e serviços públicos, mediante contratos ou emissão de títulos da dívida pública. É também denominada dívida consolidada. São dívidas cujo pagamento depende de autorização orçamentária.

▪ **Quanto à origem: interna e externa:**

- CRÉDITO INTERNO: quando o Estado o obtém no âmbito de seu espaço territorial; e
- CRÉDITO EXTERNO: quando o Estado celebra o contrato, em moeda estrangeira, com ente não nacional.

SF1 FPOOC 00005 /15-Folha 119 003852 verso *Paula*



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO O AVANÇO
11 de 74

De acordo com a contextualização apresentada, segue Tabela 1 demonstrando o comportamento da Dívida Pública do Governo do Distrito Federal no período de 2012 a 2014.

TABELA 1 – DÍVIDA PÚBLICA DO DF – 2012 A 2014

RS 1,00

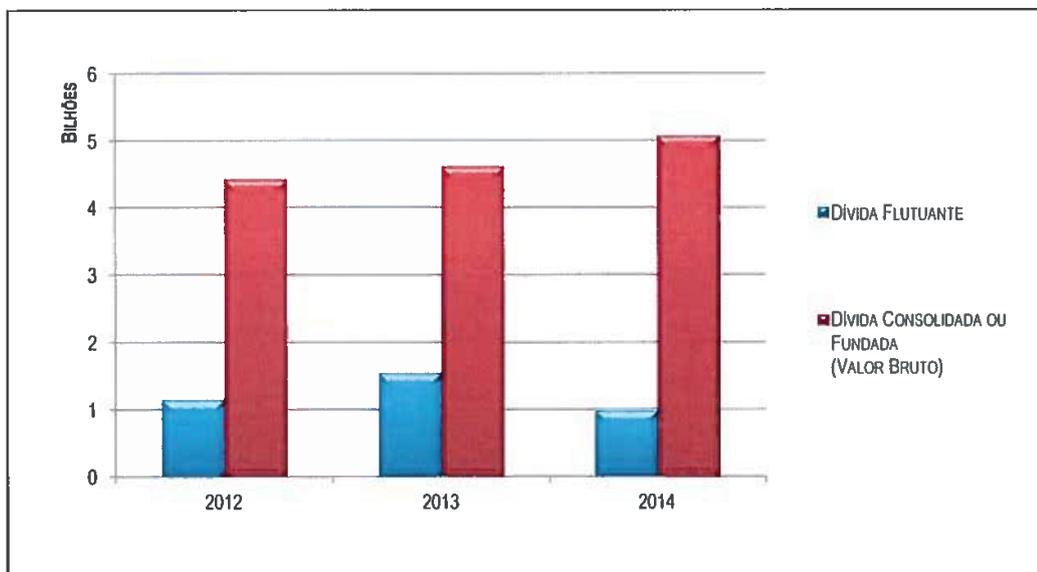
TIPO DE OBRIGAÇÃO	2012		2013		2014	
	VALOR	%*	VALOR	%*	VALOR	%*
DÍVIDA FLUTUANTE	1.148.332.234	20,6	1.534.209.964	25,0	975.640.758	16
DÍVIDA CONSOLIDADA OU FUNDADA (VALOR BRUTO)	4.430.824.187	79,4	4.613.207.272	75,0	5.075.662.907	84
TOTAL	5.579.156.421	100,0	6.147.417.236	100,0	6.051.303.665	100

FONTE: DÍVIDA FLUTUANTE: SISTEMA SIGGO – 2012 A 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA 14); E
DÍVIDA FUNDADA – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL) – DODF 30/01/2015, P.19
* Percentual de cada tipo de obrigação em relação ao total da Dívida Pública no ano de referência.

Conforme os dados apresentados na tabela anterior, observa-se que a Dívida Flutuante, de curto prazo, apresentou percentual decrescente no último ano da série 2012-2014 e a Dívida Fundada/Consolidada, de longo prazo, apresentou percentual crescente, em relação ao montante da Dívida Pública do DF. Ou seja, em 31/12/2014, a Dívida Flutuante representou 16% do total da Dívida Pública do GDF, e a Consolidada ou Fundada representou 84%, conforme Tabela 1, os quais se encontram representados graficamente na Figura 1.

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO DF – 2012 A 2014

RS 1,00



FONTE: DADOS DA TABELA 1

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003853



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO O AVANÇO
12 de 74

3.1.1 DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante é a dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa ³. O art. 92 da Lei nº 4.320/1964 estabelece a seguinte composição:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

- I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- II - os serviços da dívida a pagar;
- III - os depósitos;
- IV - os débitos de tesouraria.

Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, conforme definição do art. 36 da Lei nº 4.320/1964, e suas despesas, no âmbito do Distrito Federal, constituem quase a totalidade da dívida flutuante. Do montante de R\$ 975,6 milhões que constitui a dívida de curto prazo, contabilizada no sistema SIAC/SIGGo em 2014, 90,9% são representados pelo somatório dos Restos a Pagar Processados e Não Processados. No exercício de 2013, o montante dos Restos a Pagar representava cerca de 96% da dívida, conforme demonstrado na Tabela 2.

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE – 2014

R\$ 1,00

DÍVIDA FLUTUANTE	Em 31/12/2013		Em 31/12/2014	
	SALDO CONTÁBIL	%*	SALDO CONTÁBIL	%*
CONSIGNAÇÕES E DEPÓSITOS DE ORIGENS DIV.	59.305.938	3,6	88.346.724	9,1
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	113.680.812	6,9	109.085.902	11,2
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.468.533.421	89,1	778.208.132	79,8
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0	0	0	0
CREDORES – ENTIDADES E AGENTES	6.370.605	0,4	0	0
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.647.890.776	100,0	975.640.758	100,0

FONTE: SISTEMA SIGGO – EXERCÍCIOS 2013/2014 – BALANCETE CONTÁBIL (MÊS DE REFERÊNCIA 14 – ENCERRAMENTO)

Destaca-se que os Demonstrativos da Dívida Flutuante, módulo Gerencial do Sistema SIAC/SIGGo (submódulo PSIAG540), dos exercícios de 2013 e 2014, apresentaram informações incorretas em relação às informações contábeis, conforme constatado por meio do Balancete Contábil (submódulo PSIAG001), razão pela qual as informações apresentadas na Tabela 2 foram extraídas por meio das contas contábeis que compõem a dívida flutuante.

³ Disponível em <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/serviços/glossário> - Consulta em 09/03/2015.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVEREIS
13 de 74

3.1.1.1 ANÁLISE DE RESTOS A PAGAR

De acordo com o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – RGF– 3º quadrimestre/2014 (Anexo VII, art. 48 da LRF), a observância quanto à inscrição em restos a pagar ficou demonstrada da seguinte forma:

TABELA 3 – SUFICIÊNCIA FINANCEIRA PARA A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – 2014
R\$ 1,00

PODERES	VALOR APURADO NOS DEMONSTRATIVOS RESPECTIVOS		DIFERENÇAS (B-A)
	(A) INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(B) SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
PODER EXECUTIVO	755.148.322,31	739.897.715,65	-15.250.607
PODER LEGISLATIVO	23.059.809,46	109.183.793,95	86.123.984
DISTRITO FEDERAL	778.208.131,77	849.081.509,60	70.873.378

FONTE: DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE GESTÃO FISCAL/RGF, DODF Nº 6, EDIÇÃO EXTRA DE 30/01/2015, PÁG. 23/24

Constata-se que não havia suficiência financeira para a inscrição em Restos a Pagar não Processados no âmbito do Poder Executivo, que ficou deficitária em R\$ 15,2 milhões, enquanto que no Poder Legislativo ficou superavitária na ordem de R\$ 86,1 milhões. No total entre os poderes Executivo e Legislativo, a suficiência financeira apresentada foi positiva de R\$ 70,9 milhões.

Entretanto, identificou-se, conforme a amostra analisada, a ocorrência de Unidades Gestoras que não observaram as determinações constantes do art. 7º do Decreto nº 36.084/2014, uma vez que deixaram de conciliar os valores a serem inscritos em restos a pagar, deixando permanecer saldos de Notas de Empenho indevidamente, tais como saldos residuais de empenhos estimativos, saldos decorrentes de reversões, entre outros.

Inclusive, constatou-se a manutenção de saldos inscritos em Restos a Pagar Processados do exercício de 2013, da ordem de R\$ 9,9 milhões, conforme a apuração dos saldos a pagar, apresentados na Tabela 4.

TABELA 4 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EXECUTADOS – 2014
R\$ 1,00

TIPO	VALORES INSCRITOS EM 31/12/2013 (A)	VALORES PAGOS EM 2014 (B)	% (B) / (A)	VALORES CANCELADOS/ RETENÇÕES A PAGAR (C)	% (C) / (A)	SALDOS A PAGAR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	113.680.812	105.923.719	93,2	1.578.511	1,4	6.178.583
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.468.533.421	794.401.948	54,1	670.423.810	45,6	3.707.663
TOTAIS	1.582.214.233	900.325.667	56,9	672.002.321	42	9.886.246

FONTE: DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR – CONSOLIDADO – EXERCÍCIOS 2013 E 2014 – SIAC/SIGGO.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
14 de 74

Quanto a esse fato, a Subsecretaria de Contabilidade/SEF esclareceu que o procedimento de manutenção dos saldos “*se faz necessário em função do processo de convergência da contabilidade aplicado ao setor público, uma vez que o fato gerador ocorreu, ou seja, o serviço foi prestado ou material foi recebido*” e acrescentou que seria necessário verificar porque não foram feitos os pagamentos em 2014.

A verificação da regularidade quanto à permanência desses saldos não foi objeto deste trabalho, mas destaca-se a orientação contida no Manual de Encerramento do Exercício de 2014, no item 6.1 CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

Serão anexadas às Prestações e Tomadas de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas as justificativas e os motivos pelo não pagamento da obrigação apresentadas pelas Unidades Gestoras.

Ressalta-se que o valor da inscrição dos restos a pagar processados, informado na tabela supra, foi extraído da conta contábil 532.100.000 – RESTOS A PAGAR PROCESSADO INSCRITO, saldo inicial de 2014. Entretanto, no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Encerramento do exercício de 2013 consta o valor de R\$ 113.682.631, o qual foi publicado no Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e por Órgão, evidenciando a diferença de R\$ 1.820,00 no saldo a pagar.

Conforme os dados da Tabela 4, no exercício de 2014 foram cancelados o montante de R\$ 672,0 milhões de Restos a Pagar Processados e Não Processados, equivalentes a 42% do total inscrito, o que demonstra que não foram observados os comandos legais que disciplinam as inscrições desses valores.

Inclusive, constata-se que o Decreto nº 33.576/2012, estabelece no art. 1º, §2º, que os saldos de restos a pagar processados de exercícios anteriores deverão ser automaticamente cancelados, vedada a reinscrição. Esse normativo legal, ainda vigente, não guarda compatibilidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP – 5ª e 6ª Edição, que estabelece:

03.07.02.01 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida fluante e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. As despesas empenhadas, não pagas até o dia 31 de dezembro, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam os requisitos previstos em legislação específica, devem ser inscritas em Restos a Pagar, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício. Podem-se distinguir dois tipos de Restos a Pagar: os Processados e os Não Processados.

SFCL PROJ: 000003 /15-Folha Nº 003854 verso Paula



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
15 de 74

1. Restos a Pagar processados

São considerados processados os Restos a Pagar referentes a empenhos liquidados e, portanto, prontos para o pagamento, ou seja, cujo direito do credor já foi verificado. Os Restos a Pagar Processados não devem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar. (grifou-se)

3.1.1.2 ANÁLISE DOS VALORES DE RESTOS A PAGAR NÃO INSCRITOS

Constata-se que o Demonstrativo de Restos a Pagar (DODF nº 6, Edição Extra de 30/01/2015, páginas 23/24) e o Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e por Órgão (DODF nº 22, de 29/01/2015, págs. 15/16), não contemplam as informações em sua totalidade, conforme o modelo apresentado no item 03.07.06.01, Tabela 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, do módulo Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª Edição.

Acerca das informações ausentes nos Demonstrativos Restos a Pagar apresentados, a LRF estabelece as orientações conforme os arts. 54 e 55:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

1 - Chefe do Poder Executivo;

[...]

Art. 55. O relatório conterá:

[...]

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

(grifaram-se as informações ausentes)

Dessa forma, ainda quanto à composição da Dívida Flutuante, ressalta-se que a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do DF – Governança-DF apresentou as informações recebidas por determinação contida no art. 3º do Decreto nº 36.243/2015, Tabela 5, acerca das estimativas de despesas de exercícios anteriores a serem reconhecidas para pagamento, que não tenham sido regularmente inscritas em restos a pagar.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
16 de 74

TABELA 5 – DESPESAS A SEREM PAGAS NA RUBRICA DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R\$ 1,00

TIPO	DÍVIDAS ATÉ 31/12/2013 (A)	DÍVIDAS REF. 2014 (B)	TOTAL (C)	% (C) / (T)
DESPESAS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	76.469.808	1.096.432.261	1.172.902.069	89,8
DESPESAS DE PESSOAL	95.238.938	37.987.682	133.226.620	10,2
TOTAIS (T)	171.708.746	1.134.419.943	1.306.128.689	100,0
PERCENTUAIS SOBRE O TOTAL (C)	13%	87%	100%	-

FONTE: OFÍCIO Nº 216/2015 – GOVERNANÇA-DF, DE 05/03/2015.

Obs.: retificadas as Despesas da SES, informadas incorretamente no Ofício nº 216/2015, conforme planilhas analisadas.

Quanto às informações resumidas na Tabela 5, destaca-se a ressalva apresentada por meio do Ofício nº 216/2015–GOVERNANÇA-DF, de 05/03/2015:

As informações são de responsabilidade das Unidades Gestoras, bem como os respectivos processos de reconhecimento de dívida, vez que a função da Governança se restringe à análise de adequação orçamentária e financeira das solicitações sem implicar, com isso, na validação dos procedimentos de contratação ou de assunção das despesas realizadas pelas Secretarias responsáveis, conforme disposto no artigo 1º, § 1º e artigo 6º do Decreto nº 36.240/2015.

Vale ressaltar que algumas Unidades ainda não apresentaram as informações solicitadas e outras apresentaram também despesas relativas a exercícios anteriores a 2014. Assim, encaminhamos o trabalho compilado até o momento, o qual passa por uma depuração de dados, [...]

Conforme demonstrado na tabela anterior, e consideradas as ressalvas apresentadas pela GOVERNANÇA-DF, as Unidades Gestoras informaram um montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhões de dívidas não inscritas em Restos a Pagar, dentre os quais, cerca de 13% são dívidas de competência do período de 2004 a 2013, equivalentes a R\$ 171.708.746, e cerca de 87% são dívidas de competências de 2014, equivalentes a R\$ 1.134.419.943.

De acordo com as informações apresentadas, as despesas de contratos e convênios representam 89,8%, e as despesas de pessoal 10,2% do total das dívidas não reconhecidas formalmente.

Foram apresentados motivos diversos para a não inscrição das dívidas em Restos a Pagar, dentre os quais se destacam os seguintes:

Justificativas referentes a Despesas de Contratos e Convênios:

- Decreto nº 35.881 de 07/10/2014 – DODF nº 211, de 08/10/2014;
- Decreto nº 36.194 de 24/12/2014 – DODF nº 270, de 29/12/2014;
- Bloqueio conforme Decreto 36.182 de 24/12/2014;
- Insuficiência de Crédito Orçamentário;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
17 de 74

- Falta de tempo hábil para a inscrição em restos a pagar;
- Contrato vencido – dependendo de Relatório do Executor para avaliar quanto foi executado. Obra paralisada em 2014;
- Cumprindo exigência por parte da empresa. Aguardando relatório do executor; Processo encaminhado ao Ministério Público;
- Não houve Empenho;
- Reajuste autorizado em janeiro de 2014. Ainda não faturado o valor relativo ao reajuste;
- A documentação apresentada pelo credor encontra-se incompleta;
- Não disponibilização financeira pela SUTES/Pendências contratuais;
- Não disponibilização financeira BNDES/GDF;
- Despesa sem cobertura contratual, cujos valores estão em análise;
- Contingenciamento de dotação orçamentária na proposta encaminhada;
- Orçamento aprovado na LOA/2014 foi insuficiente para atender as despesas do exercício;
- Os veículos/máquinas adquiridos não foram entregues;
- Não houve solicitação para emissão da NE no Exercício;
- A despesa foi realizada com recursos descentralizados da SEPLAN;
- Ausência de cobertura contratual tendo em vista o cômputo do limite máximo previsto em Lei para prorrogação contratual;
- Valor inscrito a menor em restos a pagar;
- Disponibilidade financeira insuficiente na fonte de recursos 114;
- Atendimento parcial das solicitações de crédito suplementar encaminhado à SEPLAN.

Justificativas referentes a Despesas de Pessoal:

- Insuficiência de disponibilidade financeira e de crédito orçamentário;
- O cessionário não informou o valor a ser ressarcido, correspondente ao salário do servidor cedido;
- Não havia tempo hábil para instrução do processo de reconhecimento de dívidas;
- Não foi autorizado o pagamento da despesa pelo governo;
- Direito de percebimento da licença prêmio em pecúnia reconhecido posteriormente;
- Divergência nas informações repassadas;
- Falta de ato normativo determinando os pagamentos;
- Guia de Recolhimento da União entregue posteriormente à competência;
- Acertos de progressão, promoção funcional e/ou de exoneração; e
- Outros motivos não relacionados acima.

Acerca das justificativas quanto à insuficiência orçamentária e financeira, observa-se a publicação dos Decretos nºs 35.881, de 07/10/2014, 36.032, de 20/11/2014, 36.084, de 01/12/2014, 36.182, de 23/12/2014 e 36.194, de 24/12/2014, todos estabelecendo procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2014, cujas determinações afetaram a regularidade quanto à execução orçamentária e financeira no exercício.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
18 de 74

Quanto à parte das demais justificativas, verifica-se o descumprimento das normas de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal, consoante Decreto nº 32.598/2010, bem como ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 12/07/2012 e Portaria Conjunta STN/SOF/MPOG nº 02 de 13/07/2012. Destaca-se, por exemplo, a informação de existência de despesa sem prévio empenho, de despesa sem cobertura contratual e intempestividade na adoção de procedimentos para pagamentos.

3.1.1.3 ANÁLISE DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O Índice de Liquidez Imediata – LI indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos⁴.

TABELA 6 – ATIVO DISPONÍVEL X DÍVIDA FLUTUANTE – 2012 A 2014

R\$ 1,00

ATIVO DISPONÍVEL	SALDO CONTÁBIL			% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO SALDO EM 31/12/2014 (C) / (TAD)
	Em 31/12/2012 (A)	Em 31/12/2013 (B)	Em 31/12/2014 (C)	
CAIXA	0,00	679.057	586.098	0,06
BANCOS CONTA MOVIMENTO – CTA ÚNICA	285.188.928	328.281.478	-18.879.276	-1,81
BANCOS CONTA MOVIMENTO – NÃO VINC	270.677.735	52.502.094	55.433.745	5,32
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.011.534.604	1.260.539.546	984.459.471	94,49
DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS	35.486.729	8.446.288	20.282.827	1,95
TOTAL DO ATIVO DISPONÍVEL (TAD)	2.602.887.996	1.650.448.463	1.041.882.665	100
DÍVIDA FLUTUANTE (DF)	1.148.332.234	1.647.890.776	975.640.757	-
ÍNDICE DE LIQUIDEZ* (TAD) / (DF)	2,27	1,02	1,07	-

FONTE: SISTEMA SIAC/SIGGO – BALANCETES CONTÁBEIS/MÓDULO GERENCIAL – EXERCÍCIOS 2012 A 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA: 14)

* Índice de Liquidez = Total do Ativo Disponível sobre o Total da Dívida Flutuante (Tabela 2)

** A Dívida Flutuante informada no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Exercício de 2013 foi de R\$ 1.534.209.964, e o Índice de Liquidez foi de 1,09, estando incorretos por faltarem o valor dos Restos a Pagar Processados, conforme ressalva feita no subtópico 3.1.1 deste Relatório.

O índice de liquidez apurado, considerando o total do Ativo Disponível em relação à Dívida Flutuante, passou de 2,27 para 1,07, ao final dos exercícios de 2012 e 2014, respectivamente, o que representa uma redução da capacidade de pagamento do Governo do

⁴ Disponível em Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte V, conforme Portaria STN nº 437/2012

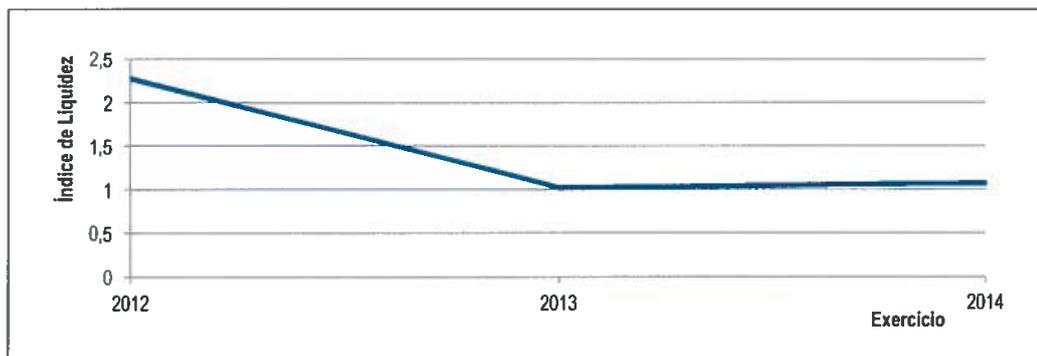


Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
19 de 74

Distrito Federal de aproximadamente 47%, conforme os dados apresentados na Tabela 6, representados graficamente na Figura 2.

FIGURA 2 – ÍNDICES DE LIQUIDEZ – 2012 A 2014



FONTE: DADOS DA TABELA 6.

3.1.1.4 ANÁLISE DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS – ATIVO DISPONÍVEL

Destaca-se, quanto às disponibilidades imediatas do GDF em 31/12/2014, que a conta contábil destinada à escrituração dos recursos da Conta Única do Tesouro distrital apresentou saldo negativo de R\$ 18.879.276.

Os registros contábeis que evidenciam a composição desse saldo estão relacionados na Tabela 7:

TABELA 7 – COMPOSIÇÃO DO SALDO, POR UGS, DA CONTA ÚNICA DO TESOUREO DISTRITAL (EM 31/12/2014)

RS 1,00

CONTA CONTÁBIL ANALÍTICA: 111.110.201 – BANCOS CONTA MOVIMENTO – CTA ÚNICA		
CONTAS CORRENTES	UG	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2014
010101-00001	CLDF	99.344.677,65
110201-11201	AGEFIS	3.022,92
130101-00001	SEF	-321.686.191,15
130201-13201	CODEPLAN	5.321.643,68
150201-15201	FAP	29.562.470,09
150204-15204	FJZB	151.271,57
150205-15205	SLU	2.145.158,38
150206-15206	ADASA	5.909,97
170202-17202	FHB	68.878,80
170203-17203	FEPECS	138.197,56

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003657



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
20 de 74

TABELA 7 – COMPOSIÇÃO DO SALDO, POR UGS, DA CONTA ÚNICA DO TESOUREO DISTRITAL (EM 31/12/2014)

RS 1,00

CONTA CONTÁBIL ANALÍTICA: 111.110.201 – BANCOS CONTA MOVIMENTO – CTA ÚNICA		
CONTAS CORRENTES	UG	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2014
170901-17901	FSDF	0,00
200202-20202	DER	22.775.037,74
200203-20203	DFTRANS	404.537,91
200204-20204	METRÔ	5.199.476,20
200201-22201	DETRAN	136.887.202,35
200202-22202	FUNAP	94.159,95
280208-28208	IBRAM	705.270,16
SALDO DA CONTA CONTÁBIL CONFORME RAZÃO EM 31/12/2014		-18.879.276,22
SALDO DA CONTA CORRENTE, CONFORME EXTRATO BANCÁRIO		0,00

FONTE: SISTEMA SIAC/SIGGO – LISTA SALDO CONTA ÚNICA – MOVIMENTO 31/12/2014

No que se refere ao saldo negativo apresentado para a UG/Gestão 130101-00001 – SEF, no valor de R\$ 321.686.191, Tabela 7, foram apresentadas, em especial, as seguintes justificativas, por meio do Ofício nº 31/2015–SUTES/SEF, de 19/02/2015 e documentos anexos:

1. o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo não permite a emissão de ordem bancária sem a contabilização de receita, exceção feita somente no encerramento do exercício para efeito de balanço;
2. as receitas tributárias arrecadadas pelo sistema bancário não são registradas concomitantemente pelo sistema contábil distrital, ou seja, não são contabilizadas de forma “on-line”;

[...]

Finalmente, esclareço que a antecipação de receitas ocorre por um comportamento proativo da Coordenação da Gestão Financeira/SUTES/SEF, que se utiliza deste recurso administrativo para executar suas rotinas de pagamento com o intuito, tão somente, de cumprir com os prazos e metas estabelecidas pela autoridade superior. [...] Se a Coordenação liberar o financeiro às Unidades Gestoras somente após os registros das receitas que darão cobertura à despesa, arrisca-se a não cumprir com o objetivo de pagar os servidores na data marcada com o banco, sindicatos e servidores. Nesse sentido descumpriria o horário bancário e sobrecarregaria as unidades gestoras setoriais que são responsáveis pelos estágios iniciais da despesa (empenho e liquidação), além da própria COGEF, na maioria dos casos responsável pelo estágio final (pagamento), que tem o horário limitado pelo Banco Central do Brasil – BACEN para aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis em caixa.

(grifou-se)

SP7 PRCC 00003 /15-Folha Nº 003357 VERSÃO Janela



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
21 de 74

A par dos esclarecimentos, constatou-se, por meio do relatório Razão – SIAC/SIGGo, que a SUTES/SEF utiliza a Conta Contábil transitória 218.815.003 – OUTROS VALORES PENDENTES – CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, para registrar as receitas que não são disponibilizadas on-line, cujos valores são regularizados logo a seguir. Entretanto, essa Conta não pode ser utilizada em dezembro, em razão da elaboração do balanço para encerramento do exercício, o que concorre para a apresentação de saldo negativo.

Quanto ao saldo final geral, a conciliação bancária da Conta Única, com posição em 31/12/2014, apresentada pela SUTES/SEF, evidencia a seguinte composição, em síntese:

TABELA 8 – SÍNTESE DA CONCILIAÇÃO DA CONTA ÚNICA DO TESOIRO DISTRITAL (EM 31/12/2014) R\$ 1,00

OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA	VALORES	ID
-	SALDO NO BANCO, CONFORME EXTRATO BANCÁRIO	0,00	-
(-)	CRÉDITOS LANÇADOS PELO BANCO E NÃO LANÇADOS NO RAZÃO (RESGATE FUNDO PRÓ-GESTÃO E OUTROS CRÉDITOS)	14.887.416,62	C
(+)	DÉBITOS LANÇADOS PELO BANCO E NÃO LANÇADOS NO RAZÃO (PAGAMENTOS DER, AGEFIS, INSS, ETC.)	10.916.706,11	D
(-)	DÉBITOS LANÇADOS NO RAZÃO E NÃO LANÇADOS PELO BANCO (OBS FOLHAS DE PAGAMENTOS DER, IPREV, ETC.)	15.058.915,82	C
(+)	CRÉDITOS LANÇADOS NO RAZÃO E NÃO LANÇADOS PELO BANCO (OBS E OCS DIVERSAS)	150.350,11	D
=	SALDO DA CONTA CONTÁBIL 111.110.201 – BANCOS CONTA MOVIMENTO – CONTA ÚNICA	-18.879.276,22	C

FONTE: CONCILIAÇÃO BANCÁRIA – MOVIMENTO 31/12/2014 – SUTES/SEF

De acordo com esclarecimentos prestados pela SUTES/SEF, cujas informações foram confrontadas com respectivo extrato bancário, o saldo negativo contábil da Conta Única ocorreu, em especial, pela frustração no recebimento de recursos do Fundo Constitucional do DF – FCDF, de R\$ 42.476.157,32, cujo crédito apenas ingressou na conta bancária em 02/01/2015. Corroboraram também a ausência de lançamento contábil do ingresso no valor de R\$ 14.350.000,00, resgatado do Fundo Pró-Gestão, autorizado conforme Decreto nº 36.135/2014, e crédito de R\$ 536.240,00, totalizando o montante de R\$ 14,9 milhões. E ainda, ocorreram débitos das folhas de pagamentos do DER e da AGEFIS e de repasses ao INSS, lançados no banco e não lançados no razão, da ordem de R\$ 10,9 milhões, além dos lançamentos contábeis das folhas de pagamento, também do DER, ensejando o saldo zerado na conta corrente bancária.

Os saldos de todas as contas bancárias, e respectivas contas contábeis, que compõem a Conta Única do Tesouro Distrital estão relacionados na Tabela 9:

SEF - PROC 00003 /15-Folha Nº 003858



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
22 de 74

TABELA 9 – SALDOS DA CONTA ÚNICA DO TESOUREO DISTRITAL (EM 31/12/2014)

RS 1,00

DESCRIÇÃO DO TIPO DE CONTA BANCÁRIA	CONTA CONTÁBIL	SALDO CONTÁBIL	SALDO BANCÁRIO
BANCO CONTA MOVIMENTO – CONTA CORRENTE Nº 070-800.108-0	111.110.201	-18.879.276,22	0,00
CONTA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO – FUNDO FIF/MAIS	111.120.016	64.201,07	64.201,07
CONTA APLICAÇÃO FINANCEIRA – CDB	111.112.017	0,00	0,00
TOTAIS		-18.815.075,15	64.201,07

FONTE: SISTEMA SIAC/SIGGO E OFÍCIO Nº 031/2015/SUTES/SEF, DE 19/02/2015

Quanto ao total das disponibilidades imediatas, a Tabela 10 demonstra os saldos contábeis existentes nas diversas contas utilizadas pela administração direta, autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e demais entidades dependentes do orçamento distrital:

TABELA 10 – SALDOS CONTÁBEIS DAS DISPONIBILIDADES TOTAIS (EM 31/12/2014)

RS 1,00

CÓDIGO	CONTAS CONTÁBEIS DESCRIÇÃO	SALDOS (EM 31/12/2014)	
		CONTAS ANALÍTICAS	CONTAS SINTÉTICAS
111.110.100	CAIXA		586.098
111.110.201	CONTA ÚNICA DO TESOUREO – BANCO DE BRASÍLIA S.A.		-18.879.276
	DEMAIS CONTAS MOVIMENTO		55.433.745
111.110.301	BANCO DE BRASÍLIA S.A.	44.953.763	
111.110.302	BANCO DO BRASIL S.A.	599.685	
111.110.303	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	9.880.297	
	RECURSOS VINCULADOS		122.933.118
111.110.501	BANCO DE BRASÍLIA S.A.	73.056.812	
111.110.502	BANCO DO BRASIL S.A.	5.608.906	
111.110.503	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	44.267.400	
	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		294.254.258
111.112.001	CDB	239.496.902	
111.112.008	FUNDOS DE CURTO PRAZO	52.339.365	
111.112.012	POUPANÇA VINCULADA	865.405	
111.112.016	APLIC. FINANCEIRA CT* ÚNICA – CURTO PRAZO	64.201	
111.112.017	APLIC. FINANCEIRA CT* ÚNICA – CDB	0	
111.112.018	BB TÍTULOS	286	
111.112.019	OUTROS CDB/RDB	1.488.099	
	RECURSOS VINCULADOS – APLICAÇÕES FINANCEIRA		474.705.450
111.112.201	CDB	207.040.007	
111.112.202	POUPANÇAS	41.181.945	
111.112.203	FUNDOS DE CURTO PRAZO	115.187.462	
111.112.205	POUPANÇA VINCULADA	111.296.037	

SPL PROCO 00003

1/15-Folha Nº 003958 Versão Paula



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
23 de 74

TABELA 10 – SALDOS CONTÁBEIS DAS DISPONIBILIDADES TOTAIS (EM 31/12/2014)

R\$ 1,00

CÓDIGO	CONTAS CONTÁBEIS DESCRIÇÃO	SALDOS (EM 31/12/2014)	
		CONTAS ANALÍTICAS	CONTAS SINTÉTICAS
	RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS		83.083.422
111.112.303	POUPANÇAS	83.083.422	
	REDE BANCÁRIA		20.282.827
111.113.001	REDE BANCÁRIA – ARRECADADO DIRETA	20.282.827	
	SUBTOTAL – DISPONIBILIDADES GDF		1.032.399.642
	RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS E CAUÇÕES		9.483.223
111.110.401	BANCO CONTA MOVIMENTO – BRB	110.126	
111.1121.014	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.373.097	
	TOTAL GERAL DO ATIVO DISPONÍVEL		1.041.882.865
	(-) RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS E CAUÇÕES *		11.281.173
111.110.501	BANCO CONTA MOVIMENTO – RECURSOS VINCULADOS – BRB (UG 320204)	5.161.779	
111.110.301	BANCO CONTA MOVIMENTO – BRB (UG110905)	8.119.394	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		1.028.882.865

FONTE: SIAC/SIGGO – BALANCETE CONTÁBIL – 2014 – MÊS DE REFERÊNCIA = 14

* Deduções relativas ao Fundo Garantidor de Parcerias Público Privadas – PPP e ao Instituto de Previdência dos Servidores – IPREV

De acordo com a tabela supra, o total do ativo disponível do Governo do Distrito Federal, com posição em 31/12/2014, era de R\$ 1.041.882.865, ressaltando que as disponibilidades imediatas totalizaram R\$ 1.032.399.642, considerando as disponibilidades próprias e os recursos vinculados a fundos e a convênios, e excluídos os recursos vinculados a depósitos de terceiros e cauções, cujo saldo foi de R\$ 9.483.223.

Portanto, os valores apurados estão de acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF 3º Quadrimestre/2014, cujo valor da Disponibilidade de Caixa Bruta é de R\$ 1.028.601.692, considerando as deduções do Fundo Garantidor de Parcerias Público Privadas – PPP e do Instituto de Previdência dos Servidores – IPREV.

3.1.2 DÍVIDA CONSOLIDADA OU FUNDADA

A LRF define a Dívida Consolidada ou Fundada, consoante o inciso I e §§ 2º e 3º, do art. 29 e o § 7º do art. 30:

Art. 29:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

[...]



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
24 de 74

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Art. 30:

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001-SF, em seu art. 2º, inc. III, estabeleceu a seguinte definição para a Dívida Pública Consolidada:

[...] montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

A Resolução do SF, antes mencionada, também definiu a Dívida Consolidada Líquida – DCL como sendo a Dívida Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros (art. 2º, inc. V). A apuração do montante da dívida consolidada, para fins de averiguação do atendimento ao limite, deverá ser feita ao final de cada quadrimestre, consoante o disposto no § 4º, inc IV, art. 30 da LRF.

Com base no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, do RGF, a Dívida Consolidada do DF é composta pela Dívida Mobiliária, pela Dívida Contratual (incluídos os Parcelamentos de Dívidas) e pelos Precatórios posteriores a 05/05/2000, conforme Tabela 11.

TABELA 11 – DÍVIDA FUNDADA/CONSOLIDADA

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 2013		EXERCÍCIO DE 2014	
	SALDO EM 31/12/2013	% SOBRE O TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EM 31/12/2014	% SOBRE O TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA
DÍVIDA CONSOLIDADA	4.613.207.273	100	5.075.662.907	100
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0	-	0	-
DÍVIDA CONTRATUAL	2.913.422.429	63	3.375.878.064	67
EM CONTRATOS INTERNA*	2.539.883.561	55	2.752.634.309	54
(-) CRÉDITOS A RECEBER REFERENTES À COBERTURA FCVS/CEF	314.124.254	-7	112.935.793	-2
EM CONTRATOS EXTERNA	687.663.122	15	736.179.547	15
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (INCLUSIVE)**	1.699.784.844	37	1.699.784.843	33

FONTE: DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (RGF – DODF 30/01/2014, p. 13 e 30/01/2015, Ed. EXTRA. 19/20)

*Parcelamento de dívidas ref. Contribuições Previdenciárias, no valor de R\$ 47.299.965,47, compõe a Dívida Contratual Interna.

** Nota do DODF: Os dados dos Precatórios foram extraídos do Sistema de Representação e Consulta Jurídica em 15/03/2012.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
25 de 74

Destaca-se que as informações publicadas no Relatório de Gestão Fiscal sobre a posição da dívida pública fundada são fornecidas pela Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal – CODAF, que integra a estrutura da Subsecretaria do Tesouro/SEF, conforme Decreto nº 33.370/2011, alterado pelo Decreto nº 35.565/2014. Essa Coordenação está estruturada com três Gerências para desenvolver atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e das operações de crédito, acompanhamento e coordenação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF e dos passivos contingentes do DF. As Gerências são:

- Controle da Dívida Pública Consolidada – GEDIP;
- Controle dos Passivos Contingentes – GECOP; e
- Controle de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal – GEPAF.

3.1.2.1 DÍVIDA MOBILIÁRIA

A Dívida Mobiliária é representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (LRF, art. 29, inc. II e Resolução SF nº 43/2001, art. 2º, inc. IV). Segundo o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF 3º quadrimestre/2014 (DODF nº 6, Edição Extra de 30/01/2015, p. 19/20), o Distrito Federal não possui esse tipo de dívida.

3.1.2.2 DÍVIDA CONTRATUAL

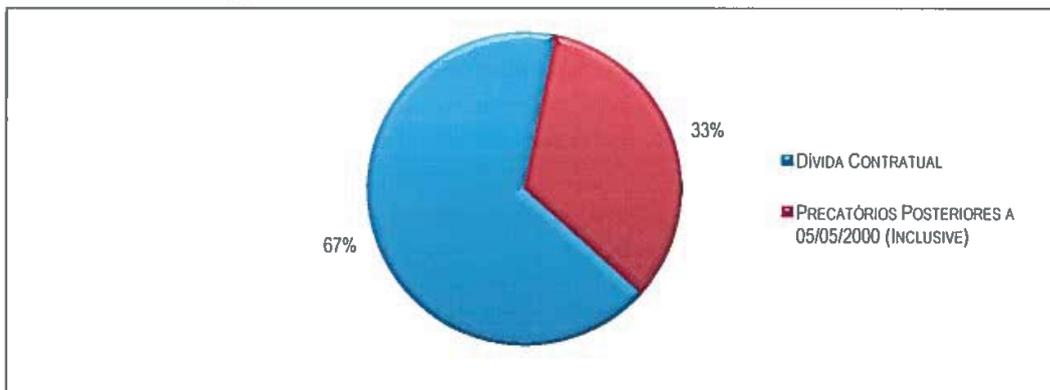
De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que integra o RGF do 3º quadrimestre de 2014, a Dívida Contratual do DF estava composta das seguintes operações de crédito:

- Operações de Crédito Internas em Contratos, incluídos os parcelamentos de Dívidas (Contas Contábeis 222.110.200 e 222.130.801);
- Operações de Créditos Internas em Financiamentos (222.310.300), deduzidos os Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF (121.110.703 – Conta corrente: CAIXA); e
- Operações de Crédito Externas em Contratos (222.210.200).

A Dívida Contratual, de R\$ 3.375.878.064, representa 67% da Dívida Consolidada, e os 33% restantes, no valor de R\$ 1.699.784.843, são representados pela Dívida com Precatórios Posteriores a 05/05/2000, demonstrado na Figura 3.



FIGURA 3 – COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA



FONTE: DADOS DA TABELA II

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS CONTRATUAIS

Os Demonstrativos da Dívida Fundada Interna e Externa e o das Obrigações Financeiras estão apresentados na Tabela 12 e Tabela 13, respectivamente.

As informações apresentadas nessas tabelas foram disponibilizadas pela CODAF, por meio de documentos anexos ao Ofício nº 31/2015–SUTES/SEF, as quais apresentam detalhadamente a Dívida Consolidada contratual do Governo do Distrito Federal.

Na Tabela 12 estão relacionados os 28 contratos de empréstimos internos, com identificação dos respectivos valores contratados, liberados e a receber.

SEF PROJ 00003 /15-Folha Nº 005360 ver 50 *Fale*

TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVANÇ E GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
				CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
CT0003991 BB/STN	LEI DISTRITAL Nº 2.387/1999 – CONTRATO DE CONFISSÃO, PROMESSA DE ASSUNÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS	RECEITAS QUE TRATAM OS ARTS. 155, 157 E 159 DA CF/1988 E RECEITAS TRIBUTÁRIAS REFERENTES A LC 87/1996	REAIS	642.272.367	0	0
CT0002497 PNAFE/CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 1.464/1997 – EXECUÇÃO DO PROJ. INTERNAC. DE PROG.NACIONAL DE APOIO À ADM. FISCAL P/OS ESTADOS BRASILEIROS	IMPOSTOS RELATIVOS AOS ARTIGOS 155, 157 E 159 DA CF/1988	DÓLAR	10.193.970	10.167.495	0
CT0358792 PNAFM/CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 3.874/2006 – APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	FPM	DÓLAR	18.444.716	6.993.421	11.451.295



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERS
27 de 74

TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVANÇOS E GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
				CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
CT2326052 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 154/1991 – EXEC. DE OBRAS DE AMPL. E MELHORIA DA ESTAÇÃO DE TRAT. DE ESGOTOS SANITÁRIO DE BRASÍLIA – PARTE II	FPE	UPR	151.164	151.164	0
CT3819667 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO RECANTO DAS EMAS/DF – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	217.761	147.388	0
CT3820327 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONCLUSÃO E MELHORIA DE UNID. HABITACIONAIS EM SANTA MARIA – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	206.124	137.555	0
CT3820834 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONCLUSÃO E MELHORIA DE UNID. HABITACIONAIS NO PARANOÁ – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	193.636	134.177	0
CT3821457 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONCLUSÃO E MELHORIA DE UNID. HABITACIONAIS NA VILA VARJÃO – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	143.390	94.075	0
CT3821723 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NA SAMAMBAIA/DF – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	155.417	123.119	0
CT3821964 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 974/1995 – CONCLUSÃO E MELHORIA DE UNID. HABITACIONAIS NA SAMAMBAIA – PROGRAMA PRÓ-MORADIA	ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO	UPR	272.798	220.184	0
CT0162296 CAIXA	DRENAGEM URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VÁRIAS LOCALIDADES DO DF	FPE E FPM	REAIS	90.000.000	82.860.443	0
CT0162305 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 3.372/2004 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁGUAS LINDAS E ADJACÊNCIAS	FPE E FPM	REAIS	46.750.000	1.663.894	45.086.106
CT0162306 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 3.370/2004 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ÁGUAS LINDAS E ADJACÊNCIAS	FPE E FPM	REAIS	49.861.000	8.007.677	41.853.323
CT7574927 CAIXA	LEI DISTRITAL N° 3.748/2006 – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO DO DF	FPE E FPM	REAIS	179.993.358	159.559.193	20.434.165



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
28 de 74

TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 RS 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVAIS E GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
				CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
CT2286369 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.313/2009 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORUMBÁ	FPE E FPM	REAIS	72.000.000	9.868.043	62.131.957
CT2622253 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.314/2009 – PRÓ- MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS – SOL NASCENTE.	FPE E FPM	REAIS	208.960.870	7.262.995	201.627.875
CT6223226 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.314/2009 – PRÓ- MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS – MESTRE D'ARMAS.	FPE E FPM	REAIS	40.308.605	22.277.560	18.031.045
CT6225051 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.314/2009 – PRÓ- MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIOS – ARAPOANGA.	FPE E FPM	REAIS	46.524.917	23.148.408	23.376.509
CT2765589 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.313/2009 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORUMBÁ – COMPLEMENTAÇÃO	FPE E FPM	REAIS	19.000.000	12.087.876	6.912.124
CT3191298 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.531/2010 – AMPLIAÇÃO DA RODOVIA DF-047 (ESTRADA PARQUE AEROPORTO)	FPE E FPM	REAIS	98.000.000	47.443.218	50.556.782
CT0402763 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.962/2012 – APORTE DE CAPITAL NA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB	FPE	REAIS	160.000.000	160.000.000	0
CT0394625 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.951/2012 – SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – EIXO SUL	FPE E FPM	REAIS	561.522.650	381.534.111	179.988.539
CT3814554 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.867/2012 – CONTRAPARTIDA NO ÂMBITO DO PMCMV – CPAC – PARANOÁ PARQUE	FPE E FPM	REAIS	45.000.000	20.210.595	24.789.405
CT3946290 CAIXA	LEI DISTRITAL Nº 4.951/2012 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – EIXO OESTE (ASSINADO EM 25/06/2013)	FPE, FPM E ICMS	REAIS	517.477.350	1.357.418	516.119.932
CT9204181 BNDES	LEI DISTRITAL 4.323/2009 – AQUISIÇÃO DE 12 TRENS METROVIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DO METRÔ	FPE E FPM	REAIS	257.304.983	257.304.983	0
CT9204941 BNDES	LEI DISTRITAL 4.323/2009 – COMPLEMENTAÇÃO TRANSPORTE COLETIVO EIXO SUL – PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO – PEF	FPE E FPM	REAIS	27.608.000	27.608.000	0
CT1120609 BNDES	LEI DISTRITAL Nº 4.490/2010 – COMPLEMENTAÇÃO FONTE AQUISIÇÃO DE TRENS DO METRÔ E CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	FPE E FPM	REAIS	41.412.000	21.116.566	20.295.434

SF4, PRODC 00003 /15-Folha Nº 003861 VERIFICAR



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVES
29 de 74

TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVANÇOS E GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
				CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
CT1121444 * BNDES	LEI DISTRITAL Nº 5.002/2012 – PROGRAMAS DE TRANSPORTE INTEGRADO, MOBILIDADE E DESENV. URBANO – PROINVESTE (ASSINADO EM 15/05/2013)	AVANÇO DA UNIÃO	REAIS	311.152.641	164.956.826	146.195.815
		2 CONTRATOS EM DÓLARES		28.638.686	17.160.916	11.451.295
		7 CONTRATOS EM UPR		1.340.290	1.007.662	0
		19 CONTRATOS EM REAIS		3.416.489.031	1.409.275.468	1.357.399.011
TOTAIS (UNIDADES MONETÁRIAS DIVERSIFICADAS)						

FONTE: MEMO 07/2015 – CODAF/SUTES/SEF, DE 19/02/2015.

* Existe contragarantia apenas para o contrato CT1121444: Receitas próprias do art. 155, incisos I a III e as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, todos da CF/1988.

Legenda: BB: Banco do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAIXA: Caixa Econômica Federal

CF/1988: Constituição Federal/1988

PEF: Programa Emergencial de Financiamento

FPE: Fundo de Participação dos Estados

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

LC: Lei Complementar

PNAFE: Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal

PNAFM: Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo

UPR: Unidade Padrão de Referência

Na Tabela 13 estão relacionados os oito contratos de empréstimos externos informados, com identificação dos respectivos valores contratados, liberados e a receber.

TABELA 13 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVANÇOS E GARANTIAS	CONTRA GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
					CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
EX0000526 BID	LEI Nº 42/1989 E RESOLUÇÃO Nº 54/1989 – PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO DE BRASÍLIA	AVANÇO DA UNIÃO	BENS OU RECEITAS FISCAIS DO DF	DÓLAR	80.000.000	75.103.049	0
2EX0000814 BID	LEI Nº 42/1989 E RESOLUÇÃO Nº 54/1989 – PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO DE BRASÍLIA	AVANÇO DA UNIÃO	BENS OU RECEITAS FISCAIS DO DF	DÓLAR	20.000.000	19.510.272	0
EX0001288 BID	LEI DISTRITAL Nº 2.606/2000 – PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO DO DF	AVANÇO DA UNIÃO – FIADOR SOLIDÁRIO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	130.000.000	130.000.000	0
EX0001957 BID	LEI DISTRITAL Nº 4.010/2007 – PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANOS DO DF	AVANÇO DA UNIÃO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	176.775.000	147.173.454	29.601.546



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
30 de 74

TABELA 13 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ 1,00

CONTRATO CREDOR	LEI AUTORIZATIVA OBJETO	AVANÇOS E GARANTIAS	CONTRA GARANTIAS	UNIDADE MONETÁRIA	VALORES		
					CONTRATADOS	LIBERADOS	A RECEBER
EX0002957 BID	LEI DISTRITAL Nº 4.528/2010 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF – PROCIDADES	AVANÇO DA UNIÃO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	50.000.000	450.000	49.550.000
EX0007326 BIRD	LEI DISTRITAL Nº 3.608/2005 – PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL DO DF	AVANÇO DA UNIÃO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	57.643.000	44.717.247	0
EX0007675 BIRD	LEI DISTRITAL Nº 4.166/2008 – MELHORAR A GESTÃO E A CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E AUMENTAR O ACESSO, QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE PÚBLICO	AVANÇO DA UNIÃO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	130.000.000	26.109.950	0
EX0005911 CAF	LEI DISTRITAL Nº 4.069/2007 – PROGRAMA DE GESTÃO DE ÁGUAS DE DRENAGEM DO DISTRITO FEDERAL – ÁGUAS DO DF	AVANÇO DA UNIÃO	COTAS DE REPARTIÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NOS ARTS. 157, 158 E 159, COMPLEM. PELAS RECEITAS DOS ARTS. 155 E 156 DA CF/1988	DÓLAR	60.095.000	1.033.023	0
TOTAL					704.513.000	444.096.995	79.151.546

FONTE: MEMO 07/2015 – CODAF/SUTES/SEF, DE 19/02/2015

Legenda: BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAF: Cooperação Andina de Fomento

Conforme Relatório de Atividades de 2014, da CODAF, e demonstrado na Tabela 14, a seguir, quanto aos ingressos de recursos, em 2014 foram liberados R\$ 487,9 milhões em operações de crédito internas e externas, para aplicação nos respectivos programas indicados.

TABELA 14 – OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO DISTRITO FEDERAL – 2014 R\$ MIL

CONTRATO CREDOR	SALDO EM 31.12.2013	MOVIMENTO DE 2014 *			SALDO EM 31.12.2014	JUROS E ENCARGOS**	APLICAÇÃO	
		INGRESSOS	AMORTIZ.	CM **				
CONTRATOS INTERNOS (CIs)								
1	CT0003991 BB/STN	1.211.836,1	0	49.762,9	48.971,6	1.211.044,7	74.808,0	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA DO DF PELA UNIÃO – LEI Nº 9496/1997 – 80%
2	CT0002497 PNAFE/CAIXA	6.386,0	0	1.780,9	566,9	5.172,1	146,3	EXEC. PROJ. INTEG. PROG. NAC. APOIO ADM. FISCAL ESTADOS BR – PNAFE



Subsecretaria de
Controle Interno

Relatório PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
31 de 74

TABELA 14 – OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO DISTRITO FEDERAL – 2014

RS MIL

CONTRATO CREDOR	SALDO EM 31.12.2013	MOVIMENTO DE 2014 *			SALDO EM 31.12.2014	JUROS E ENCARGOS**	APLICAÇÃO
		INGRESSOS	AMORTIZ.	CM **			
3 CT0358792 PNAFW/CAIXA	6.776,1	9.643,2	0	2.156,6	18.575,9	345,1	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS-PNAFM
4 CT2326052 CAIXA	1.589,9	0	242,4	12,5	1.359,9	178,4	EXEC. OBRAS AMPL. MELHORIA ESTAÇÃO DE ÁGUA
5 CT3819667 CAIXA	1.018,7	0	221,1	7,7	805,28	72,0	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS NO RECANTO DAS EMAS/DF PRÓ-MORADIA
6 CT3820327 CAIXA	953,9	0	207,0	7,1	754,02	67,5	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS EM SANTA MARIA/DF PRÓ-MORADIA
7 CT3820834 CAIXA	929,2	0	201,6	7,0	734,52	65,6	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS NO PARANOÁ/DF PRÓ-MORADIA
8 CT3821457 CAIXA	842,4	0	125,6	6,6	723,32	56,4	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS NA VILA VARJÃO/DF PRÓ-MORADIA
9 CT3821723 CAIXA	569,3	0	192,3	3,9	380,90	45,3	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS NA SAMAMBAIA/DF PRÓ-MORADIA
10 CT3821964 CAIXA	1.561,2	0	317,9	11,8	1.255,2	107,2	EXEC.DE OBRAS/SERVIÇOS NA SAMAMBAIA/DF PRÓ-MORADIA
11 CT0162296 CAIXA	66.393,6	0	6.026,7	539,8	60.906,7	7,7	DRENAGEM URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VÁRIAS LOCALIDADES DO DF
12 CT0162305 CAIXA	48,8	1.597,5	20,7	2,0	1.627,7	17,1	IMPLANT. DO SIST.DE ABAST. DE ÁGUA DE ÁGUAS LINDAS E ADJACÊNCIAS.
13 CT0162306 CAIXA	2,9	8.003,5	255,0	23,5	7.775,0	230,7	IMPLANT. DO SIST.DE ABAST. DE ESGOTAMENTO DE ÁGUAS LINDAS E ADJ.
14 CT7574927 CAIXA	138.983,8	0	6.280,8	1.160,5	133.863,5	13.663,1	INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NO DF – PROGRAMA PRÓ-MORADIA
15 CT2286369 CAIXA	9.259,9	100,2	305,6	78,6	9.133,1	784,2	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORUMBÁ
16 CT2622253 CAIXA	6.804,8	86,1	277,8	57,5	6.670,6	507,0	PRÓ-MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBAN DE ASSENT PRECÁRIOS – SOL NASCENTE
17 CT6223226 CAIXA	20.249,1	0	819,7	169.177,75	19.600,0	1.496,1	PRÓ-MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBAN DE ASSENT PRECÁRIOS – MESTRE D'ARMAS
18 CT6225051 CAIXA	21.222,3	0	859,1		20.541,0	1.568,0	PRÓ-MORADIA II – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, URBAN DE ASSENT PRECÁRIOS – ARAPONGA
19 CT2765589 CAIXA	11.464,3	0	374,9	96,4	11.185,8	963,6	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORUMBÁ – COMPLEMENTAÇÃO
20 CT0402763 CAIXA	160.000,0	0	0	0	160.000,0	19.511,3	APORTE DE CAPITAL NA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
21 CT3191298 CAIXA	9.985,0	37.421,0	890,6	287,2	46.802,7	2.634,1	APLICAÇÃO DA DF 047 E OBRA DE ARTE ESPECIAL – ACESSO AO AEROPORTO BRASÍLIA
22 CT0394625 CAIXA	166.921,7	214.877,2	4.321,3	2.518,2	379.995,7	20.528,8	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO – EIXO SUL
23 CT3814554 CAIXA	0	20.210,6	2.165,3	0	18.045,3	942,7	CONTRAPARTIDA NO ÂMBITO DO PMCMV – CPAC – PARANOÁ PARQUE
24 CT3946290 CAIXA	0	1.357,4	0	0,1	1.358,1	1,1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSP DE PASSAGEIROS–EIXO OESTE

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003865



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
32 de 74

TABELA 14 – OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO DISTRITO FEDERAL – 2014

R\$ MIL.

CONTRATO CREDOR	SALDO EM 31.12.2013	MOVIMENTO DE 2014 *			SALDO EM 31.12.2014	JUROS E ENCARGOS**	APLICAÇÃO
		INGRESSOS	AMORTIZ.	CM **			
25 CT9204181 BNDES	219.608,6	0	20.588,3	0	199.020,3	14.218,9	AQUISIÇÃO DE 12 TRENS METROVIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DO METRÔ
26 CT9204941 BNDES	16.104,7	0	3.451,	0	12.653,7	1.1	COMP. TRANSP COLETIVO EIXO SUL – PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO – PEF
27 CT1120609 BNDES	18.311,6	2.805,0	1.099,8	0	20.016,7	1.549,9	COMPLEMENTAÇÃO FONTE AQUISIÇÃO DE TRENS DO METRÔ E CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS
28 CT1121444 BNDES	0	164.956,8	0	0	164.956,8	0	PROGRAMAS DE TRANSPORTE INTEGRADO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO
SUBTOTAL CIs	2.097.823,8	461.058,7	100.788,6	56.863,4	2.514.957,4	163.311,7	
CONTRATOS EXTERNOS (CES)							
1 EX0000526 BID	12.455,2	0	12.857,9	402,7	0	796,8	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL DE BRASÍLIA
2 EX0000814 BID	2.688,5	0	2.745,9	57,4	0	61,7	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL DE BRASÍLIA
3 EX0001288 BID	233.019,8	0	19.337,1	29.393,9	243.076,6	6.693,2	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO DO DF
4 EX0001957 BID	304.360,3	25.637,0	16.581,5	40.716,4	354.132,2	3.731,9	PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANOS DO DF
EX0002957 BID		1.201,4	0	(6,1)	1.195,3	0	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF – PROCIIDADES
5 EX0007326 BIRD	75.974,1	0	8.960,6	8.983,3	75.996,8	454,0	PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF
6 EX0007675 BIRD	56.745,3	0	3.070,9	7.189,5	60.864,0	742,3	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
7 EX0005911 CAF	2.420,0	0	1.616,7	111,4	914,7	54,6	PROGRAMA DE GESTÃO DE ÁGUAS DO DF
SUBTOTAL CES	687.663,1	26.838,4	65.170,6	86.848,6	736.179,6	12.534,4	
TOTAL	2.785.486,9	487.897,1	165.959,2	143.712,0	3.251.137,0	175.846,1	

FONTE: CODAF/SUTES/SEF

Posição em 31/12/2014

* Não houve Juros e Capitalização no Movimento de 2014.

** Contas Contábeis de CM – Correção Monetária: 343.110.100 (Internos), 343.210.100 (Externos) e 493.110.302 (Desvalorizações); Contas Contábeis de Juros e Encargos: 343.110.100 (Internos) e 341.210.100 (Externos).

Legenda: CM: Correção Monetária

BB: Banco do Brasil

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAF: Cooperação Andina de Fomento

CAIXA: Caixa Econômica Federal

PNAFE: Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

Os saldos da dívida consolidada contratual apresentados no Sistema SIAC/SIGGo em 31/12/2014, contas contábeis 222.110.200 e 222.210.200, extraídos por meio do extrator de dados *Discoverer*, foram confrontados com as informações disponibilizadas na Tabela 14 e não apresentaram diferenças.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
33 de 74

Consta na Tabela 15 a evolução das liberações de crédito ocorridas no Distrito Federal nos últimos seis anos.

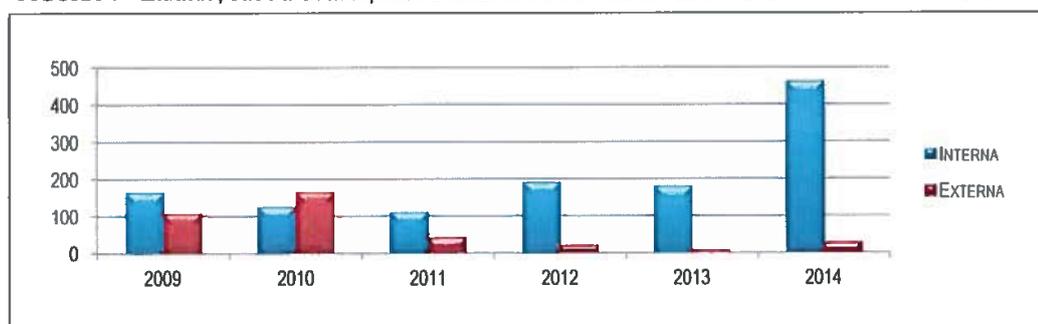
TABELA 15 – LIBERAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OCORRIDAS – 2009 A 2014 R\$ MILHÕES

DÍVIDA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INTERNA	166,0	125,5	109,9	191,6	181,2	461,1
EXTERNA	108,6	166,5	43,3	21,7	9,2	26,8
TOTAIS	274,6	292	153,2	213,3	190,4	487,9

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES CODAF/SUTES/SEF – 2014

Observação: Em valores correntes, atualizados até 31/12/2014.

FIGURA 4 – LIBERAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OCORRIDAS – 2009 A 2014 R\$ MILHÕES



FONTE: DADOS DA TABELA 15

Ainda de acordo com o relatório da CODAF, por ocasião das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2014, o Anexo V da 12ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito, discriminadas na Tabela 16.

TABELA 16 – NOVOS PLEITOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO DISTRITO FEDERAL R\$ MILHÕES

PREVISÃO DE FINANCIAMENTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	VALOR PREVISTO DO FINANCIAMENTO
EXTERNAS			
1. BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	BID	2015 A 2017	233,0
2. PROGRAMA RURAL	BID	2016 A 2017	82,0
3. PRODETUR	BID	2016 A 2018	75,0
4. PRODEFAZ / PROFISCO – SEF	BID	2014 A 2016	75,0
SUBTOTAL EXTERNAS			465,0
INTERNAS			
1. CPAC PLANALTINA	CAIXA	2015 A 2017	60,0
2. CPAC SÃO SEBASTIÃO CRIXÁ	CAIXA	2015 A 2024	45,0



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
34 de 74

TABELA 16 – NOVOS PLEITOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO DISTRITO FEDERAL R\$ MILHÕES

PREVISÃO DE FINANCIAMENTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	VALOR PREVISTO DO FINANCIAMENTO
3. CPAC SÃO SEBASTIÃO NACIONAL	CAIXA	2015 A 2017	52,0
4. CPAC RIACHO FUNDO II – 3ª ETAPA	CAIXA	2015 A 2017	21,0
5. CPAC RIACHO FUNDO II – 4ª ETAPA	CAIXA	2015 A 2017	25,0
6. CPAC VARGEM DA BÊNÇÃO	CAIXA	2015 A 2017	98,0
7. CPAC RIACHO FUNDO II – 5ª ETAPA	BB	2015 A 2016	67,0
8. CPAC RECANTO DAS EMAS	BB	2015 A 2016	28,0
9. CPAC SOBRADINHO NOVA COLINA	BB	2015 A 2016	41,0
10. CPAC ITAPUÁ PARQUE	BB	2015 A 2017	47,0
11. OBRAS EIXO NORTE	BNDES	2015 A 2018	322,0
12. AQUISIÇÃO DE 10 TRENS PARA A LINHA 1 DO METRÔ	BNDES	2015 A 2017	220,0
13. ESTAÇÃO 104, 106 E 110 SUL METRÔ	CAIXA	2015 A 2017	75,0
14. MOBILIDADE INTEGRADA	BB	2015 A 2016	500,0
15. PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS PÔR DO SOL	CAIXA	2015 A 2017	50,0
16. MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	BNDES	2015 A 2016	7,0
17. AQUISIÇÃO DE 10 VEÍCULOS PARA A LINHA 1 DO VLT	BNDES	2016 A 2018	120,0
18. LIGAÇÃO TORTO-COLORADO	BNDES	2015 A 2017	79,0
19. TREVO DE TRIAGEM NORTE	BNDES	2015 A 2017	98,0
SUBTOTAL INTERNAS			1.731
TOTAL INTERNAS E EXTERNAS			2.196

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES CODAF/SUTES/SEF – 2014, SUBITENS 3.2.1 E 3.2.2

Legenda: BB: Banco do Brasil BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social CAIXA: Caixa Econômica Federal

A Subsecretaria de Captação de Recursos SUCAP/SEPLAG apresentou a relação das operações de crédito previstas para contratação, contendo o detalhamento dos recursos por fontes, bem como a situação atual de cada operação, informados pelos gestores, conforme Tabela 17:

TABELA 17 – ESTÁGIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR R\$ MILHÕES

PREVISÃO DE FINANCIAMENTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO	UO	VALORES A CONTRATAR			ANDAMENTO
		Ft 100	OUTRAS FTS	TOTAL	
INTERNAS					
1. CPAC PLANALTINA	CODHAB	0	59,8	59,8	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
2. CPAC SÃO SEBASTIÃO CRIXÁ	CODHAB	0	45,5	45,5	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
3. CPAC SÃO SEBASTIÃO NACIONAL	CODHAB	0	52,2	52,2	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
4. CPAC RIACHO FUNDO II – 3ª ETAPA	CODHAB	0	21,5	21,5	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
5. CPAC RIACHO FUNDO II – 4ª ETAPA	CODHAB	0	25,4	25,4	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)

Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

SCL PROJ 00003

715-Folha Nº 003864 verso



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADO E HAVERES
35 de 74

TABELA 17 – ESTÁGIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

R\$ MILHÕES

PREVISÃO DE FINANCIAMENTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO	UO	VALORES A CONTRATAR			ANDAMENTO
		Ft 100	OUTRAS FTS	TOTAL	
6. CPAC VARGEM DA BÊNÇÃO	CODHAB	0	98,1	98,1	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
7. CPAC RECANTO DAS EMAS	CODHAB	0	27,8	27,8	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
8. CPAC SOBRADINHO NOVA COLINA	CODHAB	0	40,7	40,7	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
9. CPAC ITAPUÁ PARQUE	CODHAB	0	46,8	46,8	PENDENTE DE AUTORIZ. STN (PMCMV)
10. PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS PÓR DO SOL	SO	5,0	50	55,0	PRAZO PARA CONTRATAÇÃO EXPIRADO
11. MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	DPDF	0,8	7,2	8,0	CARTA CONSULTA EM FASE DE AJUSTE, PL A SER ENVIADO À CLDF
12. OBRAS MELHORIA SIST. VIÁRIO EQUIP. URB. EIXO NORTE	DER	53,9	322,1	376,0	EMPREEND. HABILITADO NO "PACTO DA MOBILIDADE"; FASE DE APRESENT. DE DOC. AO AGENTE FINANCEIRO.
13. AQUISIÇÃO MATERIAL RODANTE –METRÔ – 10 TRENS	METRÔ	11,6	220,0	231,6	EMPREEND. HABILITADO NO "PACTO DA MOBILIDADE"; FASE DE APRESENT. DE DOC. AO AGENTE FINANCEIRO.
14. ESTAÇÃO 104, 106 E 110 METRÔ	METRÔ	4,0	75,0	79,0	EMPREEND. HABILITADO NO "PACTO DA MOBILIDADE"; FASE DE APRESENT. DE DOC. AO AGENTE FINANCEIRO.
15. AQUISIÇÃO DE 10 VEÍCULOS PARA A LINHA 1 DO VLT	METRÔ	6,3	120,0	126,3	EMPREEND. HABILITADO NO "PACTO DA MOBILIDADE"; FASE DE APRESENT. DE DOC. AO AGENTE FINANCEIRO.
SUBTOTAL INTERNAS				1.293,7	OUTRAS FONTES: 135 E 235
EXTERNAS					
1. BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II (US\$100 MILHÕES)	SEPLAN	132,5	265,0	397,5	EM FASE DE PREPARAÇÃO
2. PROGRAMA RURAL (US\$ 112 MILHÕES)	SEAGRI	74,2	296,8	371,0	EM FASE DE NEGOCIAÇÃO
3. PRODETUR (US\$ 36 MILHÕES)	SETUR	63,6	95,4	159,0	EM DEFINIÇÃO C/ AGENTE FINANC.
4. PRODEFZ / PROFISCO – SEF (US\$32 MILHÕES)	SEF	12,6	84,8	97,4	DOCS EM ANÁLISE PELA STN
SUBTOTAL EXTERNAS				1.024,9	OUTRAS FONTES: TODOS 136
TOTAL INTERNAS E EXTERNAS				2.319,0	

FONTE: Ofício nº 08/2015–GAB/SUCAP/SEPLAG, DE 20/02/2015 (ANEXO)

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

Obs.: Tabela de siglas dos órgãos (Unidades Orçamentárias) no Anexo III deste Relatório

Para fins de comparação, observa-se que no ano de 2013 havia previsão de operações internas da ordem de R\$ 688,3 milhões e operações externas de R\$ 1,5 bilhão, no montante de R\$ 2,1 bilhões, relativos a um total de 15 projetos. Em 2014 apresenta-se a previsão de 15 projetos de operações de crédito internas, da ordem de R\$ 1,3 bilhão, e quatro de operações de crédito externas de R\$ 1 bilhão, os quais totalizam cerca de R\$ 2,3 bilhões a serem contratadas. Inclusive, observa-se que algumas previsões de contratações apresentadas pela CODAF (Tabela 16) não constam nas informações da SUCAP (Tabela 17), sendo que



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
36 de 74

estas derivam dos dados informados pelos gestores, em atendimento ao Decreto nº 36.241/2015.

Destaca-se a informação apresentada pela SUCAP quanto à permanência das operações de crédito a serem contratadas na previsão orçamentária em mais de um exercício:

Ressaltamos que a previsão da operação de crédito no orçamento é uma exigência, tanto para o protocolo de Projeto de Lei Autorizativa na Câmara Legislativa do Distrito Federal, quanto para o protocolo de cartas consulta nos agentes financeiros. Assim, principalmente no que se refere a operações internacionais, a previsão orçamentária constará por até 03 (três) anos antes da contratação efetiva.

Os saldos referentes aos Serviços da Dívida da Secretaria de Estado de Fazenda, demonstrados no Relatório de Obrigações Financeiras da CODAF, foram conciliados com o sistema SIAC/SIGGo, conforme apresentado na Tabela 18, que demonstra o total despendido com Serviço da Dívida, composto pelos juros, amortizações e encargos da Dívida. Esses saldos conferem com os demonstrados na Tabela 14, onde as respectivas informações estão individualizadas por contratos.

TABELA 18 – TOTAL DESPENDIDO COM SERVIÇO DA DÍVIDA – 2014

RS 1,00

UG	CONTA CONTÁBIL		SALDO EM	
	Cód./RUBRICA	DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2014
130101 SEF	343.110.100	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA C/ INSTIT. FINANCEIRAS	140.510.383	64.746.731
	343.210.100	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA C/ INSTIT. FINANCEIRAS	12.162.997	156.264.321
	493.110.102	VPA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA – DESVALORIZAÇÃO	0	69.415.699
	VARIAÇÕES MONETÁRIAS – INTERNAS E EXTERNAS		152.673.380	143.712.095
	341.110.100	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	85.434.569	163.311.708
	341.210.100	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA	57.162.307	12.534.420
	JUROS DA DÍVIDA – INTERNAS E EXTERNAS		142.596.876	175.846.127
TOTAL SEF			295.270.256	319.558.223
280209 CODHAB	341.110.100	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	2.757.492,84	1.548.162

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIOS 2013 E 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA ≤ 13)

Nota: Contas Contábeis até 31/12/2013: 332.902.101/102 e 346.907.101/102

Constata-se que houve um acréscimo das despesas com juros e encargos da dívida interna, da ordem de 91% em comparação com o ano anterior. No total, considerando-se as variações monetárias e os juros e encargos, o acréscimo dessas despesas, na SEF, foi de 8,2%.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO E HAVEREMOS
37 de 74

Seguem Tabela 19 e Figura 5, com as projeções do Serviço da Dívida até 2039, onde se verifica a trajetória de decréscimo a partir de 2019, de acordo com os dados atuais:

TABELA 19 – PROJEÇÕES DO SERVIÇO DA DÍVIDA – 2014 A 2039

RS MIL.

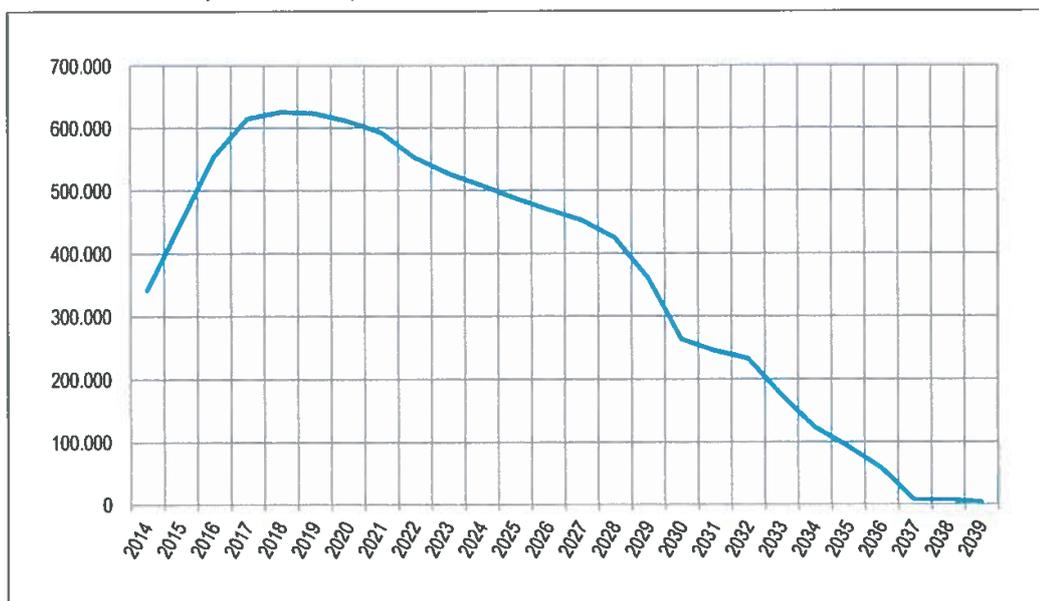
ATUAL	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2014	165.959	175.846	341.805	2027	331.000	121.712	452.712
2015	213.286	234.788	448.074	2028	324.637	100.007	424.644
2016	261.636	292.259	553.895	2029	281.038	79.62	360.600
2017	306.466	307.818	614.284	2030	198.839	64.179	263.018
2018	319.740	305.603	625.343	2031	193.245	51.538	244.783
2019	332.870	290.164	623.034	2032	193.349	38.954	232.303
2020	341.725	268.519	610.244	2033	148.424	26.403	174.827
2021	346.110	246.514	592.624	2034	108.404	15.144	123.548
2022	326.894	225.516	552.410	2035	84.937	7.806	92.743
2023	321.896	205.633	527.529	2036	56.025	2.359	58.384
2024	323.375	185.183	508.558	2037	6.640	393	7.033
2025	322.988	164.609	487.597	2038	6.640	218	6.858
2026	326.566	143.291	469.857	2039	3.320	44	3.364

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES – CODAF/SUTES/SEF – EXERCÍCIO 2014

Observação: Em valores correntes, atualizados em 31/12/2014.

FIGURA 5 – PROJEÇÕES DO SERVIÇO DA DÍVIDA – 2014 A 2039

RS MIL.



FONTE: DADOS DA TABELA 19



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
38 de 74

FINANCIAMENTOS

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF apresentou Demonstrativo dos Empréstimos e Financiamentos, contendo a relação de contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, cujas principais informações estão reproduzidas na Tabela 20.

TABELA 20 – DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – 2014

R\$ MIL.

Nº DO CONTRATO		SALDO Em 31/12/2013	MOVIMENTO DE 2013		SALDO Em 31/12/2014	JUROS E ENCARGOS
ORIG.CAIXA	SIGGO		AMORTIZAÇÕES	CORREÇÃO MONETÁRIA		
224381-36	0360939	299.672	164.120	1.899	137.450	212
224382-40	1032855	4.175.800	1.291.082	37.392	2.922.110	293.037
010331-11	0173320	1.151.163	1.054.025	-97.138	0	41.309
224383-55	1033352	2.536.480	1.229.138	25.269	1.332.611	159.106
010335-03	0173324	1.186.052	1.085.970	-100.082	0	42.561
224385-74	1033628	2.644.390	1.281.429	26.344	1.389.305	165.875
010337-43	0173325	1.015.692	929.985	-85.707	0	36.448
224386-88	1033869	3.676.948	1.138.607	34.686	2.573.027	256.269
224387-92	1336292	3.630.603	1.453.759	25.672	2.202.516	14.295
-	1832712	8.744.952	0	1.703.888	10.448.839	0
-	1932587	23.993.629	264.224	2.543.574	26.272.994	178.896
-	1932601	9.235.011	116.152	951.749	10.070.608	61.914
-	2235174	481.262	119.200	3.921	365.983	14.253
-	2235299	834.452	136.336	6.915	705.030	26.000
-	3441289 (1)	120.587.713	0	0	123.982.314	0
-	TOTAL	184.193.819	10.264.027	8.472.983	182.402.787	1.290.175

FONTE: GECRI/DIFIN/CODHAB-DF/SEDHAB-DF

* Não constaram valores para as colunas "Ingressos" e "J.Capitalização".

(1) Dívida Fundada Interna renegociação 05 Contratos de empréstimos com o extinto BNH/CEF que foram renegociados (NOVAÇÃO DE DÍVIDA COM O FGTS) por via da Resolução 353/00 do CCFGTS: 3365-93, 9710-03, 10334-77, 337742-41 e 18.327-12 (344128-99)

Confrontando-se a movimentação informada na Tabela 20, com os registros contábeis da conta 222.310.300 – FINANCIAMENTO CEF HABITAÇÕES observa-se que os saldos finais de cada contrato foram evidenciados contabilmente; entretanto, o Contrato nº PJ2802090 – CONTRIBUIÇÃO TRIMESTRAL FCVS-CEF, no valor de R\$ 7.974.085,32 não constou do demonstrativo acima. Ou seja, o saldo real dos financiamentos junto à CAIXA, em 31/12/2014, é de R\$ 190.376.873,03.

SRL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003366 Versão Paula



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
39 de 74

Quanto à conta de outros financiamentos concedidos a receber, provenientes do extinto Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB, observou-se que o saldo da mesma passou de R\$ 6.688.775,7 para R\$ 14.353.643,59, cuja composição em 2014 foi a seguinte:

TABELA 21 – FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER – 2014

R\$ 1,00

UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	SALDO CONTÁBIL		
			EM 31/12/2013	MOVIMENTAÇÃO	EM 31/12/2014
280209 CODHAB	121.110.308 FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER (CONTA ANTERIOR 122.320.000)	00481440000108	127.746	-127.746	0
		180901-18901	12.496	-12.496	0
		190201-19201	102.859	122.596	225.455
		26487751000178	11.373	97.856	109.229
		42633265120	6.434.302	7.584.657	14.018.959
TOTAL			6.688.776	7.664.868	14.353.644

FONTE: DETACONTA – SIAC/SIGGO – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA = 14)

Quanto à baixa do valor de R\$ 127.746, relativo ao financiamento concedido evidenciado na conta corrente 00481440000108 da tabela supra, analisou-se o processo nº 111-000.825/1990, por seleção aleatória, para verificação da regularidade do lançamento efetuado. Em decorrência da análise apresentam-se as seguintes constatações:

- O crédito inscrito na conta financiamento concedido a receber era proveniente de transferência de saldos do extinto IDHAB para CODHAB, feita em 2009, pelo valor original, que era de R\$ 127.746. Os lançamentos no extinto IDHAB foram feitos por meio das NLS 252/2002 e 805/2003.
- Segundo a NUREC/TERRACAP o valor atualizado até fevereiro/2014 totalizava R\$ 550.568,72;
- Foi apurado, por meio do processo, que esse crédito deveria ser recebido da TERRACAP em decorrência de convênio firmado com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social – SHIS. Dessa forma, foi acordado entre as partes fazer a compensação do crédito a receber (de R\$ 550.568,72) com valor devido pela CODHAB à TERRACAP, contabilizado na conta 223.110.10, no valor de R\$ 337.161,59 (informado na apuração R\$ 338.372,23);
- Na compensação de valores foi apurado e acrescentado o valor de R\$ 24.801,01 a favor da TERRACAP, proveniente de caução devolvida a mutuário; entretanto, não consta registro contábil desse fato;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
40 de 74

- Após as apurações, a TERRACAP efetuou pagamento a favor da CODHAB, no valor de R\$ 192.014,97, em 06/05/2014. Não consta no processo a apuração do possível complemento da atualização monetária (R\$ 4.619,47) nem a evidenciação contábil da diferença de R\$ 64.268,97, entre o valor recebido e o valor do crédito contabilizado (de R\$ 127.746), conforme GR 64/2014 e NL 697/2014 (conta 112.410.302 – Juros e encargos sobre financiamentos concedidos);
- A baixa contábil foi feita por meio da NL 01148, de 26/09/2014, no valor original do crédito, ou seja, não foram lançadas as atualizações monetárias incidentes sobre o valor desde a data de constituição do mesmo; e
- Na NL de baixa não foi informado o número do processo em que foram feitas as apurações relatadas acima, o que dificultou a sua localização, bem como a correlação com o assunto.

As constatações apresentadas demonstram inobservância das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e ferem os princípios da competência e da oportunidade, estabelecidos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.282/2010.

CRÉDITOS A RECEBER REFERENTES À COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS – FCVS/CEF

Para compor o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que integra o RGF, os Créditos a Receber referentes à Cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS/CEF (conta contábil 121.110.703 – Conta corrente: CAIXA) são deduzidos dos contratos de Dívida Interna.

Segundo detalhamento no sistema SIAC/SIGGo em 31/12/2014, a mencionada Conta Contábil representa o somatório dos valores dos créditos por contratos e financiamentos concedidos entre a Caixa Econômica Federal – CEF e o Instituto de Desenvolvimento Habitacional – IDHAB, com Cobertura do FCVS, por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos, com vencimentos a longo prazo.

De acordo com informações extraídas do sítio do Tesouro Nacional, o FCVS foi criado por intermédio da Resolução nº 25/1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, com a finalidade de:

1. garantir o equilíbrio da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
41 de 74

2. garantir o limite de prazo para amortização dos financiamentos habitacionais contraídos pelos mutuários no SFH, observada a legislação de regência;
3. assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas transferências de contratos de financiamento habitacional e nas renegociações com extinção da responsabilidade do Fundo, observada a legislação de regência;
4. cobrir o saldo devedor de financiamento imobiliário, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de danos físicos ao imóvel e as perdas de responsabilidade civil do construtor, observadas as mesmas condições atualmente existentes na Apólice do SH/SFH, concernentes aos contratos de financiamento que estiverem averbados na Apólice do SH/SFH;
5. liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito.

Conforme o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.406/1988, a gestão do FCVS compete ao Ministério da Fazenda, e conforme o disposto na Lei Federal nº 10.150/2000, sua administração compete à CAIXA. O resumo da movimentação contábil consta na Tabela 22.

TABELA 22 – CRÉDITOS A RECEBER REFERENTES À COBERTURA FCVS/CEF – 2014

R\$ 1,00

UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	SALDO CONTÁBIL		
			Em 31/12/2013	MOVIMENTAÇÃO	Em 31/12/2014
280209 CODHAB	121.110.703 COM COBERTURA DE FCVS JUNTO À CEF	CT2820901	11.930.531	0	11.930.531
		CT2820902	194.218.470	0	194.218.470
		00360305000295	107.975.253	4.174.413	112.149.666
TOTAL			314.124.254	4.174.413	318.298.667

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA = 14)

Quanto à CONTA CORRENTE 00360305000295 – CAIXA, foi feita consulta ao processo nº 392-018.314/2014, por meio do qual se verifica que o saldo final da conta contábil está correto e confere com o valor publicado no RFG – 3º quadrimestre/2014; entretanto, quanto à movimentação no ano, de R\$ 4.174.413, constatou-se que:

- As atualizações monetárias/juros referentes aos meses de agosto a outubro/2014 foram lançados com valores divergentes dos apresentados nos relatórios emitidos pelo Sistema de Informações do Fundo de Compensação de Variação Salarial SIFCVS;
- Todos os lançamentos efetuados são feitos a título de atualizações monetárias e juros (evento: 550754), ou seja, não são evidenciados os valores das inclusões e das exclusões de contratos;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
42 de 74

- Foram observadas intempesvidades de lançamentos nos meses de janeiro a junho e novembro/2014; e
- Constam relatórios emitidos pelo SIFCVS sem totalizações de cálculos automáticos do sistema, ou seja, apresentam cálculos e informações manuais.

Acerca de créditos a receber de contratos, constatou-se que a CODHAB procedeu à baixa de valores lançados nas contas contábeis de Contratos de Financiamentos a Receber, em decorrência da edição da Lei nº 5.287/2013, que concedeu remissão e descontos de débitos diversos da sua Carteira de Crédito Imobiliário. Na Tabela 23 foram demonstrados os valores baixados conforme as contas indicadas:

TABELA 23 – BAIXA DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS EM 2014

RS 1,00

UG	CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS A RECEBER (CONTA CONTÁBIL)	CONTA CORRENTE	SALDO CONTÁBIL			
			31/08/2011	31/12/2013	31/12/2014	NL Nº
280209 CODHAB	121.110.701 – COM COBERTURA DE FCVS (CONTA ANTERIOR 122.360.100)	999	7.297.733	7.297.733	0	581, DE 30/04/14
	121.110.801 – COM COBERTURA DE FCVS (CONTA ANTERIOR 122370100)	999	2.184.092	2.184.092	0	
	121.110.702 – SEM COBERTURA DE FCVS (CONTA ANTERIOR 122360200)	999	689.544	689.544	0	
	121.110.802 – SEM COBERTURA DE FCVS (CONTA ANTERIOR 122370200)	999	201.294	201.294	0	
TOTALS			10.372.663	10.372.663	0	-

FONTE: DETA/CONTA/SIAC/SIGGO – EXERCÍCIOS 2011, 2013 E 2014

Dessa forma, foi solicitado à CODHAB apresentar as informações complementares, conforme indicadas a seguir:

- 1 - Demonstrativo da remissão dos débitos relativos aos contratos de compra e venda e de concessão de uso, concedida nos termos do art. 5º da Lei nº 5.287/2013, identificada por Região Administrativa, conforme modelo [...];
- 2 - Demonstrativo da remissão dos juros moratórios dos débitos relativos aos contratos de compra e venda e de concessão de uso, concedida nos termos do art. 6º da Lei nº 5.287/2013, identificada por destinação de uso (habitacional ou comercial), localizados na RA 1, com informação dos valores que já estavam inscritos em dívida ativa, se for o caso, conforme modelo [...];
- 3 - Demonstrativo da concessão de descontos relativos aos saldos residuais dos débitos referentes contratos de compra e venda e de concessão de uso, concedida nos termos do art. 7º da Lei nº 5.287/2013, conforme modelo [...];
- 4 - Demonstrativo dos descontos ou quitações dos débitos referentes contratos de compra e venda e de concessão de uso, concedidos nos termos da Lei nº 5.252/2013, c/c Lei nº 4.149/2008, com identificação dos financiamentos vinculados ao FCVs, conforme modelo [...];

No entanto, até o encerramento deste Relatório a unidade não apresentou as informações solicitadas acerca do detalhamento das remissões e descontos concedidos.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAIS E HAVERES
43 de 74

3.1.2.3 PRECATÓRIOS JUDICIAIS

O art. 100 da Constituição Federal e os arts. 78, 86, 87 e 97 (Emenda Constitucional – EC nº 62/2009) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias definem as regras para quitação das despesas decorrentes de sentenças judiciais cujo sujeito passivo da obrigação seja a Fazenda Pública.

No âmbito do Distrito Federal, o Decreto nº 31.398/2010 dispõe sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97, anteriormente citado.

A Procuradoria Geral do Distrito Federal apresentou demonstrativo contendo os saldos de precatórios em 31/12/2012, em 31/12/2013 e em 31/12/2014, conforme demonstrado na Tabela 24.

TABELA 24 – QUADRO RESUMO APRESENTADO PELA PGDF – PRECATÓRIOS – 2014

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS EM			% (C)/(B)
	31/12/2012 (A)	31/12/2013 (B)	31/12/2014 (C)	
PRECATÓRIOS INSCRITOS ATÉ 5/5/2000 – ALIMENTAR	2.257.961.409	1.383.780.852	908.045.941	-34,38
PRECATÓRIOS INSCRITOS ATÉ 5/5/2000 – NÃO ALIMENTAR	73.118.572	82.649.862	76.865.881	-7,00
SUBTOTAL PRECATÓRIOS INSCRITOS ATÉ 05/05/2000	2.331.079.982	1.466.430.713,38	984.911.822	-32,84
PRECATÓRIOS INSCRITOS APÓS 5/5/2000 – ALIMENTAR	1.462.039.729	2.328.012.466	2.439.688.554	4,80
PRECATÓRIOS INSCRITOS APÓS 5/5/2000 – NÃO ALIMENTAR	281.172.496	360.387.516	416.309.007	15,52
REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPV	0	10.005.662,16	18.590.385	85,80
SUBTOTAL PRECATÓRIOS INSCRITOS APÓS 05/05/2000	1.743.212.226	2.698.405.644,55	2.874.587.946	6,53
TOTAL	4.074.292.208	4.164.836.358,33	3.859.499.768	-7,33

FONTES: 2012 E 2013: RELATÓRIOS Nº 04/2013 E 04/2014–DIFIS; E
2014: OFÍCIO Nº 65/2015–CECAL/PGDF, DE 23/03/2015.

* Critérios de Atualização: Correção Monetária: (TR), Taxa de juros (0.5% a.m para todo o período, desconsiderando os juros contidos).

Entretanto, ressalta-se que foi informado adicionalmente, por meio das notas explicativas pela DICAL/CETEC/PGDF, que:

Temos a esclarecer que, conforme informação enviada à época, a informação contida na Coluna B, linhas 1 e 2 não configuram o valor real da dívida, haja vista, a existência de problemas operacionais outrora relatados, existentes no SIGGo.

Esclarecemos que os valores informados referentes a 31/12/2014, foram extraídos de 2 fontes de informações, qual seja, SIGGO e Qlikview; no entanto ambas tem demonstrado algumas inconsistências. Ações junto à Secretaria de Fazenda buscam corrigir os problemas operacionais que o SIGGo possui no que se refere ao módulo baixa precatórios e RPV's.

SFL FRCCE 00003 /15-Folha Nº 003365



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
44 de 74

Assim, de acordo com os dados apresentados na Tabela 24, observa-se que o saldo dos precatórios inscritos até 05/05/2000 apresentou uma redução no saldo em torno de 32,84% e dos precatórios inscritos após 05/05/2000 um acréscimo aproximado de 6,53%, em comparação ao saldo do exercício de 2013.

Conforme relatado em exercícios anteriores, os saldos contábeis apresentados no sistema SIAC/SIGGo também demonstram a ausência de registros e movimentação no exercício de 2014, nas contas destinadas a controlar a dívida de precatórios da Administração Direta do DF.

TABELA 25 – PRECATÓRIOS DO GDF – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – 2014

R\$ 1,00

UG	CONTA CONTÁBIL		SALDO CONTÁBIL		
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EM 31/12/2013	MOVIMENTAÇÃO	EM 31/12/2014
120101 PGDF	221.110.201	PRECATÓRIOS ALIMENTARES	3.566.400.193	0	3.566.400.193
	221.110.202	PRECATÓRIOS NÃO ALIMENTARES – PRINCIPAL	351.278.822	0	351.278.822
	221.110.203	PRECATÓRIOS DE PEQUENO VALOR – PRINCIPAL	16.180.379	0	16.180.379
TOTAL			3.933.859.394	0	3.933.859.394

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA = 14)

OBS.: Não constaram registros nas contas contábeis 221.110.204, 221.110.205 e 221.110.206 – Precatórios/Parte Patronal

A diferença entre os valores dos precatórios da Administração Direta, registrados no sistema SIAC/SIGGo (R\$ 3.933.859.394) e os valores informados pela PGDF (R\$ 3.859.499.767,63), em 31/12/2014, é de R\$ 74.359.626, estando a maior no sistema. Ressalta-se que o valor registrado no sistema SIGGo está sem movimentação desde 2011.

Quanto aos valores da dívida de precatórios da Administração Indireta do DF, a movimentação registrada no exercício está apresentada na Tabela 26, por meio da qual se verifica que, em 31/12/2014, houve redução dos precatórios de pequeno valor no DER, e redução das requisições judiciais de pequeno valor no DFTRANS e no DETRAN. Essas reduções equivalem a 33,8% do saldo existente em 31/12/2013:

TABELA 26 – PRECATÓRIOS DO GDF – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – 2014

R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA		CONTA CONTÁBIL*		SALDO CONTÁBIL		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA CONTA	EM 31/12/2013	MOVIMENTAÇÃO	EM 31/12/2014
200202	DER/DF	221.110.222	PRECATÓRIOS DE PEQUENO VALOR	468.275	-39.097	429.178
200203	DFTRANS	221.110.233	CRED. REQUIS. JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	71.598	-65.558	6.040
220201	DETRAN	221.110.233	CRED. REQUIS. JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	192.855	-142.579	50.276
SUBTOTAL DER/DFTRANS E DETRAN				732.728	-247.234	485.494



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
45 de 74

TABELA 26 – PRECATÓRIOS DO GDF – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – 2014

R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA		CONTA CONTÁBIL*		SALDO CONTÁBIL		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA CONTA	EM 31/12/2013	MOVIMENTAÇÃO	EM 31/12/2014
190201	NOVACAP	221.110.230	CREDORES POR AÇÃO TRABALHISTA	5.124.100	0	5.124.100
		221.110.231	CREDORES POR AÇÃO CÍVEL	16.620.592	0	16.620.592
		221.110.232	CREDORES POR ACORDOS TRAB./JUDICIAIS	59.836.072	0	59.836.072
SUBTOTAL NOVACAP				81.580.764	0	81.580.764
TOTAL				81.313.492	-247.234	82.066.258

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA ≤ 14)

* Contas contábeis até 31/12/2013: 222.520.301 a 222.520.303 e 222530000, 222540000 e 222550200.

Diante do exposto, do mesmo modo que no exercício anterior, constata-se que o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF (DODF nº 6, Edição Extra de 30/01/2015) apresenta os valores dos precatórios anteriores e posteriores a 05/05/2000, de R\$ 2.312.408.957, e R\$ 1.699.784.843, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 4.012.193.800, com a observação de que ambos foram extraídos do Sistema de Representação e Consultoria Jurídica – SIGGO, em 15/03/2012.

Verifica-se que o somatório dos precatórios da Administração Direta e Administração Indireta, extraídos do sistema SIAC/SIGGO, conforme Tabela 25 e Tabela 26, totalizam o montante de R\$ 4.015.925.653; ou seja, apresenta uma diferença de R\$ 3.731.853, a maior em relação aos valores publicados no RGF.

Adicionalmente, foi solicitado à PGDF:

[...]

2. Informar como foram feitos os controles dos precatórios da Administração Direta, no exercício de 2014, em razão da ausência dos respectivos lançamentos contábeis no sistema SIAC/SIGGO;

3. Apresentar cópia das informações e justificativas apresentadas em cumprimento da Decisão TCDF nº 3884/2014, por essa Procuradoria-Geral do DF, em especial quanto às determinações transcritas a seguir:

[...] prestem informações sobre o andamento da solução proposta no Plano de Ação objeto do Ofício nº 986/2013 – GAB/SEF, bem como apresentem justificativas em face da demora verificada na regularização dos valores da dívida de precatórios do Distrito Federal, e, se for o caso, informem acerca de novas ações previstas e respectivos prazos de implementação; [...] (grifou-se)

4. Informar como foi feita a operacionalização do “Módulo Precatório”, para fins de controles dos ingressos e baixas de precatórios, no exercício de 2014. Ou justificar, se for o caso; e

5. Informar as providências adotadas com vistas ao cumprimento das recomendações contidas no item II.a e II.b da Decisão TCDF nº 4880/2013, relativamente ao exercício de 2014.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
46 de 74

Entretanto, a PGDF não apresentou as informações requeridas em tempo hábil de serem consignadas neste Relatório.

De acordo com as informações relatadas, constata-se que os saldos apresentados de precatórios da Administração Direta administrados pela PGDF não são fidedignos e não correspondem ao estoque existente, ficando demonstrado que não houve avanços efetivos quanto ao desenvolvimento e utilização do módulo “Gestão de Precatórios” do sistema SIGGo, bem como quanto à atualização dos registros contábeis desse passivo, não tendo sido lançados os valores pagos, baixados, ou acrescidos até 31/12/2014.

Convém destacar, por oportuno, que as questões relativas a precatórios estão sendo tratadas no TCDF, sob diversos aspectos, conforme os Processos nºs 17.421/2007, 8618/2009, 43456/2009, 20.121/2012, 11470/2013 e 23397/2013.

3.1.2.4 PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS

O montante registrado de dívidas parceladas no GDF, em 31/12/2014, é de R\$ 39,9 milhões, o qual se refere a Parcelamentos de INSS, distribuídos entre os Órgãos indicados na Tabela 27:

TABELA 27 – DEMONSTRATIVO DO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS – 2014

RS 1,00

CONTA CONTÁBIL		UNIDADE GESTORA		SALDO CONTÁBIL		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EM 31/12/2013	MOVIMENTO	EM 31/12/2014
222.130.801	PARCELAMENTO DE INSS (CONTA ANTERIOR 222130100)	190201	NOVACAP	33.944.707	6.388.351	27.556.356
		200201	TCB	17.765.992	5.426.236	12.339.756
TOTAL				51.710.699	11.814.587	39.896.112

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA =14)

Em relação ao saldo final da conta de Parcelamento de Dívidas, constata-se que em 2014 houve uma redução do saldo a pagar, de R\$ 11,8 milhões, equivalente a 22,8% do saldo de 2013.

3.2 DIREITOS E HAVERES

Os Direitos e Haveres são componentes do grupo contábil do Ativo, e este representa o conjunto de bens e direitos de uma entidade. Os Direitos e Haveres são compostos, dentre outras contas, de “Haveres Mobiliários”, “Haveres Financeiros” e “Dívida Ativa”, conforme analisado nos itens seguintes.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
47 de 74

3.2.1 HAVERES FINANCEIROS

Os Haveres Financeiros correspondem a ativos, tais como empréstimos, financiamentos e outros créditos a receber.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que integra o Anexo II do RGF, referente ao 3º quadrimestre de 2014, apresenta no item “Demais Haveres Financeiros” o saldo de R\$ 537,2 milhões, cuja composição está detalhada na Tabela 28 a seguir, segundo a indicação das contas contábeis feitas pela SUCON/SEF:

TABELA 28 – HAVERES FINANCEIROS (ADM. DIRETA E INDIRETA) – 2014

RS 1,00

CONTA CONTÁBIL		SALDO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EM 31/12/2014
112.210.106	FATURAS/ DUPLICATAS FATURADAS A RECEBER – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	36.270.382
112.410.303	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS – PRÓ-DF	12.792.201
112.410.304	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS – IDEAS INDUSTRIAL	228.824
112.411.402	SEM COBERTURA FCVS (FUNDO DE COMPENSAÇÃO VARIAÇÃO SALARIAL)	701.527
113.230.401	IMPOSTO DE RENDA A RECUPERAR	5.554.269
113.231.101	INSS A RECUPERAR	19.142
113.231.302	CRÉDITOS DE COFINS A COMPENSAR	280.553
113.231.401	PASEP A COMPENSAR	61.022
113.231.601	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	1.135.121
113.410.107	MULTAS E JUROS A RECEBER DE SERVIDORES RESPONSABILIZADOS	845.694
113.410.218	SERVIDORES EXONERADOS	34.595
113.410.298	OUTROS CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS A RECEBER A CLASSIFICAR	58.846
113.410.901	PAGAMENTOS INDEVIDOS (TCE)	21.809.300
113.410.903	DESFALQUES OU DESVIOS (TCE)	156.537
113.410.905	RESPONSÁVEIS POR DANO (TCE)	423.909.066
113.410.907	MULTAS E JUROS (TCE)	22.096
113.411.001	PAGAMENTOS INDEVIDOS (ACERTOS ADMINISTRATIVOS)	1.712.574
113.411.002	RESPONSÁVEIS POR DANOS (ACERTOS ADMINISTRATIVOS)	872.612
113.411.003	DESFALQUES OU DESVIOS (ACERTOS ADMINISTRATIVOS)	2.030
113.411.007	MULTAS E JUROS A RECEBER DE SERVIDORES RESPONSABILIZADOS (ACERTOS ADMINISTRATIVOS)	70.695
113.411.015	SERVIDORES EXONERADOS	243.268
113.411.016	MULTAS APLICADAS PELO TCDF – LEI COMPLEMENTAR 01/94	686.639
113.510.100	DEPÓSITOS E CAUÇÕES EFETUADOS RELATIVOS A CONTRATOS OU CONVENÇÕES	136.451
113.510.300	DEPÓSITOS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EFETUADOS	2.823.633
113.510.500	VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	2.657.642
113.810.702	ARRENDATÁRIOS INADIMPLENTES	69.627
113.810.703	MUTUÁRIOS INADIMPLENTES	1.558.986

SFL PROC. 00003 /15-Folha Nº 003871



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
48 de 74

TABELA 28 – HAVERES FINANCEIROS (ADM. DIRETA E INDIRETA) – 2014

RS 1,00

CONTA CONTÁBIL		SALDO Em 31/12/2014
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
113.811.200	CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	6.254.491
113.811.300	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	7.648.058
113.811.500	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS	5.312.451
113.811.600	CREDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX-SERVIDOR	874.242
113.811.701	CONSIGNATÁRIOS A COMPENSAR	438.463
113.812.000	DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS	106.122
113.814.000	MULTA NÃO PARCELADA APLICADA PELO TCFDF – LEI COMPLEMENTAR 01/94	25.072
113.819.900	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	1.720.924
113.830.800	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	83
113.830.900	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	129.842
TOTAL		537.223.080

FONTE: Ofício nº 19/2015 – SUCON/SEF, DE 17/03/2015 (CONCILIAÇÃO SIGGO – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA =14))

Nota: Foram excluídas as Contas que apresentaram saldo zerado em 31/12/2014.

Analisando o comportamento dos “Demais Haveres Financeiros” do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, comparando-se os saldos de 31/12/2014 (R\$ 537,2 milhões) e de 31/12/2013 (R\$ 532,5 milhões), que conferem com os dados extraídos do sistema SIAC/SIGGo, percebe-se que houve um aumento de R\$ 4,7 milhões em haveres financeiros para o Governo do Distrito Federal, equivalentes a 0,9% sobre o saldo de 2013.

3.2.2 HAVERES MOBILIÁRIOS

Haveres Mobiliários são participações compostas por investimentos estratégicos representados por participações societárias em empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como por cotas em fundos especiais e organismos internacionais.

O Governo do Distrito Federal iniciou o exercício de 2014 com saldo de participação acionária de R\$ 4.254.267.084. No exercício, a movimentação evidenciou redução de R\$ 9.345.193 nesses ativos, tendo encerrado o exercício de 2014 com a participação acionária total no valor de R\$ 4.244.921.891, conforme demonstrado na tabela do ANEXO I deste Relatório.

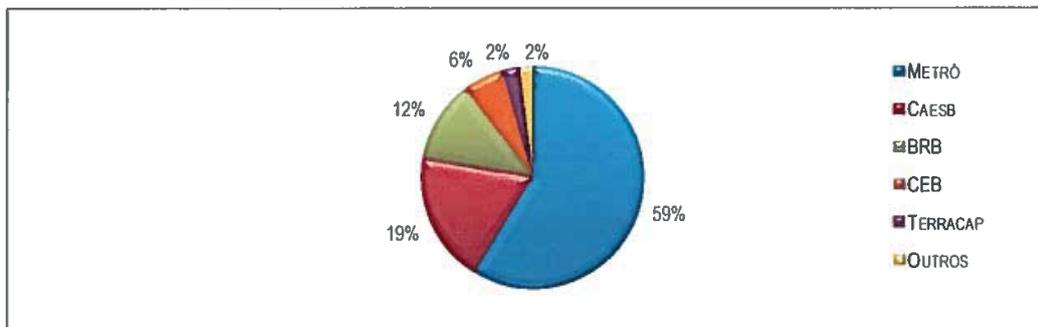
As participações acionárias mais representativas do GDF, em 2014, estão concentradas em apenas cinco empresas, e representaram 98% do saldo final, como mostra a Figura 6. Os demais 2% das participações acionárias estão distribuídos em 30 empresas.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
49 de 74

FIGURA 6 – PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO GDF POR EMPRESA – 2014



FONTE: DADOS DA TABELA DO ANEXO I

De acordo com os registros contábeis observados no sistema SIAC/SIGGo, as principais movimentações ocorridas nas participações societárias consistem em:

- Reduções: desvalorização das participações acionárias da NOVACAP (nas ações da CEB, em cerca de R\$ 9,1 milhões, e da Brasil Telecom, em cerca de R\$ 1 milhão); e
- Aumentos: valorização das participações acionárias da NOVACAP (nas ações aplicadas no BRB, em R\$ 666,2 mil).

Quanto aos Adiantamentos para Participações Acionárias (conta contábil 122.110.104), constata-se que no exercício de 2014 foram apropriados R\$ 10 milhões pela SEF a favor do Fundo Garantidor de PPP e R\$ 18,7 milhões, também pela SEF, a favor da CAESB (Lei 5.339/2014), totalizando R\$ 28,7 milhões. O detalhamento dos saldos iniciais e finais está apresentado no ANEXO II deste Relatório.

3.2.3 DÍVIDA ATIVA

A dívida ativa⁵ é constituída pelos créditos do Estado, devido ao não pagamento pelos contribuintes, dos tributos, dentro dos exercícios em que foram lançados. Por isso, só os tributos diretos, sujeitos a lançamento prévio, constituem dívida ativa. Não obstante, tem sido aceito o critério de estender-se o conceito de dívida ativa a outras categorias de receita, como as de natureza patrimonial e industrial, bem como provenientes de operações diversas com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, etc..

⁵ Disponível em www.stn.gov.br/Glossário (em 23/03/2015)

SEF PROC 00003 /15-Folha Nº 003572



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO O AVANÇO
50 de 74

Os créditos de natureza tributária são registrados em Dívida Ativa Tributária, que se divide em ajuizada e não ajuizada. Os demais créditos, tais como os provenientes de contratos em geral ou de outras obrigações legais são, por conseguinte, inscritos em Dívida Ativa Não Tributária, ajuizada e não ajuizada.

Os valores registrados nas contas contábeis referentes à Dívida Ativa, em 31/12/2014, no Sistema SIAC/SIGGo, somam R\$ 14,8 bilhões, sendo Tributárias (R\$ 15,7 bilhões) e Não-Tributárias (R\$ 858 milhões), conforme demonstrado na Tabela 29 a seguir.

TABELA 29 – DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – 2014

R\$ 1,00

CÓDIGO	CONTAS CONTÁBEIS DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL		
		INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
121.111.501	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA	12.193.963.312	-6.318.282.778	5.875.680.534
121.111.502	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO	44.294.643	4.039.028	48.333.671
121.111.503	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA PARCELADA	0	8.933.888.410	8.933.888.410
121.111.504	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA SUSPensa	0	40.291.690	40.291.690
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA		12.238.257.955	2.659.936.350	14.898.194.305
121.111.601	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA	794.724.976	-2.454.374	792.270.602
121.111.602	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO	6.558.736	4.091.189	10.649.925
121.111.604	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA SUSPensa	0	49.249.332	49.249.332
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA		801.283.712	50.886.147	852.169.859
SUBTOTAL DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		13.039.541.666	2.710.822.497	15.750.354.164
121.111.701	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA	647.772.826	-170.990.676	476.782.150
121.111.702	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO	346.960	0	346.960
121.111.703	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA PARCELADA	0	323.952.199	323.952.199
121.111.704	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA SUSPensa	0	23.203.460	23.203.460
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA		648.119.786	176.164.983	824.284.769
121.111.801	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA	27.727.717	4.228.034	31.955.751
121.111.802	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO	79.966	0	79.966
121.111.804	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA SUSPensa	0	2.000.834	2.000.834
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA		27.807.683	6.228.868	34.036.551
SUBTOTAL DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		675.927.469	182.393.851	858.321.320
(1) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA		13.715.469.136	2.893.216.348	16.608.685.484
121.111.900	(2) DÍVIDA ATIVA – DETRAN	53.706.881	7.089.656	60.796.537
121.112.100	(3) DÍVIDA ATIVA – IBRAM	430.211	606.682	1.036.893
= TOTAL DA DÍVIDA ATIVA DO GDF (1) + (2) + (3)		13.769.606.228	2.900.912.686	16.670.518.914

FONTE: SIGGo/Discoverer – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA = 14)

Nota: Grupos de Contas Contábeis (Tribut. e não Tribut.) até 31/12/2013: 122140100, 122140200, 122140300 e 122140400



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAS E HAVERES
51 de 74

De acordo com os dados apresentados na tabela supra, observa-se que em 2014 houve um aumento de cerca de 20,8% nas inscrições das dívidas ativas tributárias e de 27% das dívidas ativas não tributárias. No total, incluindo o DETRAN e o IBRAM, o aumento foi da ordem de 21,1%.

Por meio da conciliação dos saldos das mencionadas contas contábeis, apuraram-se diferenças, conforme demonstrado na Tabela 30.

TABELA 30 – APURAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE SALDOS DA DÍVIDA ATIVA – EM 31/12/2014 R\$ 1,00

CÓDIGO	GRUPO DE CONTAS	SALDO CONTÁBIL (A)	RELATÓRIO CONTÁBIL DA DÍVIDA ATIVA (B)	DIFERENÇAS APURADAS (A) - (B)
	DESCRIÇÃO			
121.111.500	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA *	14.898.194.306	14.902.233.335	-4.039.029
	(+) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO			
121.111.600	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA *	852.169.859	856.261.048	-4.091.190
	(+) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO			
121.111.700	DÍVIDA AT. TRIBUT. AJUIZADA COMPENSAÇÃO C/ PRECATÓRIO *	824.284.770	824.284.770	0
	(+) DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO			
121.111.800	DÍVIDA AT. TRIBUT. NÃO AJUIZADA COMPENSAÇÃO C/ PRECATÓRIO *	34.036.551	34.036.551	0
	(+) DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA COMPENSAÇÃO COM PRECATÓRIO			
TOTAL		16.608.685.486	16.616.815.704	-8.130.219

FONTE: BALANCETE CONTÁBIL MÊS 14 E OFÍCIO Nº 547/2015 – SUREC/SEI, DE 27/02/2015 (ANEXO: MEMO Nº 121/2015–NUDAT/GEDAT)

* Os saldos apresentados já estão acrescidos das compensações de precatórios

Conforme os dados apresentados na Tabela 30, percebe-se que os registros da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária não conferem com os valores informados nos RELATÓRIOS CONTÁBEIS DA DÍVIDA ATIVA, posição de 31/12/2014 indicando saldos contábeis a menor em cerca de R\$ 8,1 milhões.

Inclusive, constatou-se que todos os lançamentos foram efetuados com data de 31/12/2014, evidenciando intempestividade nos registros dos fatos.

Observou-se também que o DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA, obtido por meio do módulo GERENCIAL do sistema SIAC/SIGGo (PSIAG670), apresenta os mesmos valores dos saldos contábeis relativos ao principal mais precatórios, mas não apresentam os valores das dívidas parceladas e das dívidas suspensas.

Inclusive, quanto à determinação contida no item III da Decisão TCDF nº 6186/2014, no sentido de que os valores correspondentes às baixas de dívida ativa sem o correspondente financeiro sejam destacados no relatório mencionado acima (PSIAG670), a SUREC informou:



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO
52 de 74

[...] Quanto à contabilização dos benefícios legais concedidos em programas de recuperação de crédito tributário, será aberta demanda em conjunto com a Coordenação de Cobrança – CBRAT, junto à Subsecretaria de Tecnologia da Informação – SUTIC, para demonstração dos valores dos citados benefícios, [...].

4 DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Receita Corrente Líquida – RCL, cujo critério de cálculo foi definido no inc. IV e respectivos parágrafos do art. 2º da LRF, é o principal parâmetro para a verificação de alguns limites estabelecidos por essa Lei.

No âmbito do DF ressaltam-se as disposições do § 2º do referido artigo, que exclui do cálculo da RCL os recursos recebidos da União (Fundo Constitucional do DF – FCDF) destinados precipuamente ao pagamento de pessoal e equipamentos das áreas de segurança pública e de pessoal das áreas de educação e saúde.

TABELA 31 – RECEITA PREVISTA E ARRECADADA – 2014

RS 1,00

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2014			
DESCRIÇÃO	PREVISTA * (A)	REALIZADA (B)	% (B/A)
RECEITA CORRENTE	18.905.856.790	17.922.516.991	95
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.340.946.268	12.665.997.734	95
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	632.730.950	550.371.768	87
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)	2.619.770.573	2.612.009.022	100
IMPOSTOS SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	750.236.611	696.590.252	93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS (ITCD)	70.620.169	89.086.118	126
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	334.989.173	318.060.669	95
IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)	6.921.813.240	6.540.460.063	94
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS)	1.482.762.362	1.375.364.132	93
IMPOSTO SIMPLES	334.054.565	312.771.012	94
TAXAS	193.968.625	171.284.697	88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.638.114.236	1.532.704.483	94
RECEITA PATRIMONIAL	327.119.366	633.333.191	194
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.500	21.665	255
RECEITA INDUSTRIAL	3.750.470	2.083.442	56
RECEITA DE SERVIÇOS	468.178.385	435.190.024	93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (- TRANSF. PARA O FUNDEB)	2.018.592.351	1.752.579.834	87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.109.147.214	900.606.618	81



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO E HAVENDO
53 de 74

TABELA 31 – RECEITA PREVISTA E ARRECADADA – 2014

RS 1,00

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2014			
DESCRIÇÃO	PREVISTA * (A)	REALIZADA (B)	% (B/A)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-	-784.058	0
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	-	-784.058	0
(-) CONTRIBUIÇÃO PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA – CIVIL	1.191.333.900	1.232.404.125	103
(-) CONTRIBUIÇÃO PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA – MILITAR	260.139.294	211.821.224	81
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	160.476.786	171.561.141	107
RECURSOS DO FCFDF NÃO DESTINADOS AO PAGAMENTO DE PESSOAL	1.198.890.254	1.198.323.181	100
(+) TOTAL DE RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF	11.664.776.507	11.664.209.434	100
(-) RECURSOS QUE CUSTEIAM DESPESAS COM PESSOAL NO FCFDF	10.465.886.253	10.465.886.253	100
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	18.492.797.064	17.504.269.624	95

FONTE: DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL) – RREO- 2014 (DODF Nº 22, DE 29/01/2015, P. 11/12)

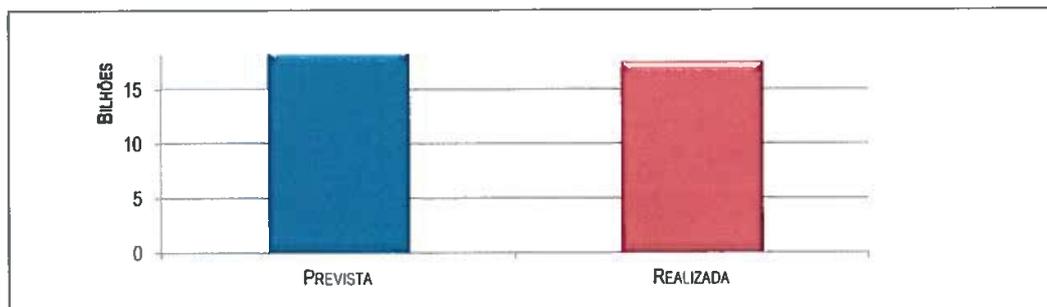
* Previsão Atualizada 2013

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Conforme Figura 7 a seguir, verifica-se que a Receita Corrente Líquida prevista foi bem projetada, uma vez que seu valor realizado chegou a 95% do valor previsto para o exercício de 2014. Houve um acréscimo de 11% da RCL realizada, comparando-se com a de 2013, em valores nominais, que era de R\$ 15,8 bilhões.

FIGURA 7 – RCL PREVISTA X REALIZADA – 2014

RS 1,00



FONTE: DADOS DA TABELA 31

Conforme os dados apresentados, a Receita Tributária realizou 95% de sua previsão. Dentre as outras rubricas que compõem a RCL, destaca-se que a receita de Transferências Correntes realizou apenas 87%, e a rubrica de “Outras Receitas Correntes” apresentou realização de 81%. Vide Figura 8 a seguir:

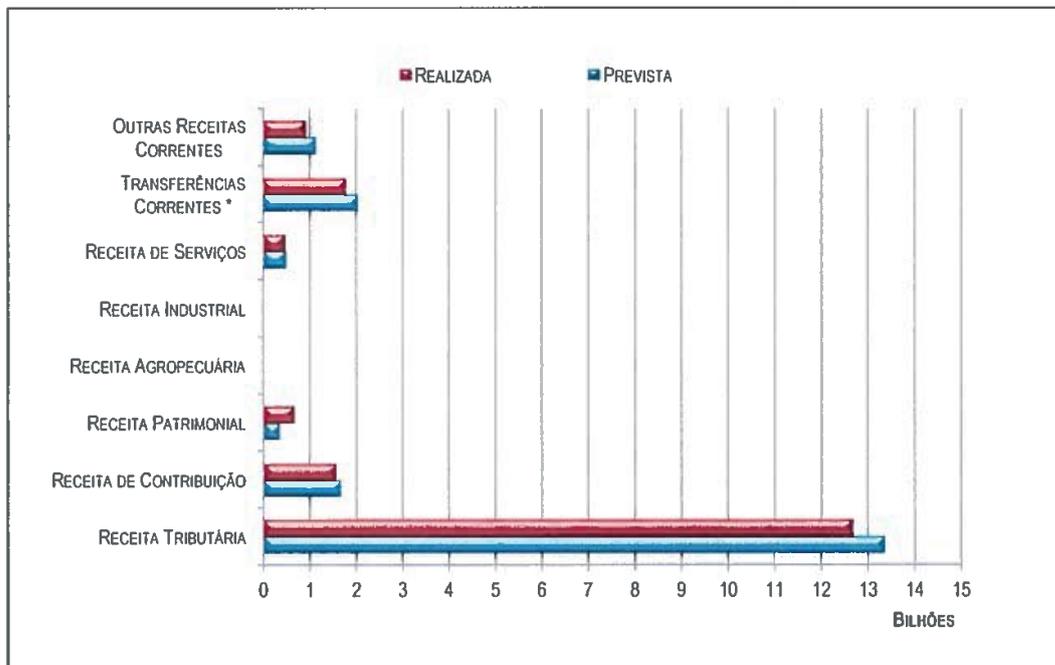
SFL PROCC 00003 /15-FdJha Nº 003874



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
54 de 74

FIGURA 8 – PERCENTUAL DA RECEITA REALIZADA EM 2014, POR GRUPO DA RECEITA CORRENTE R\$ 1,00

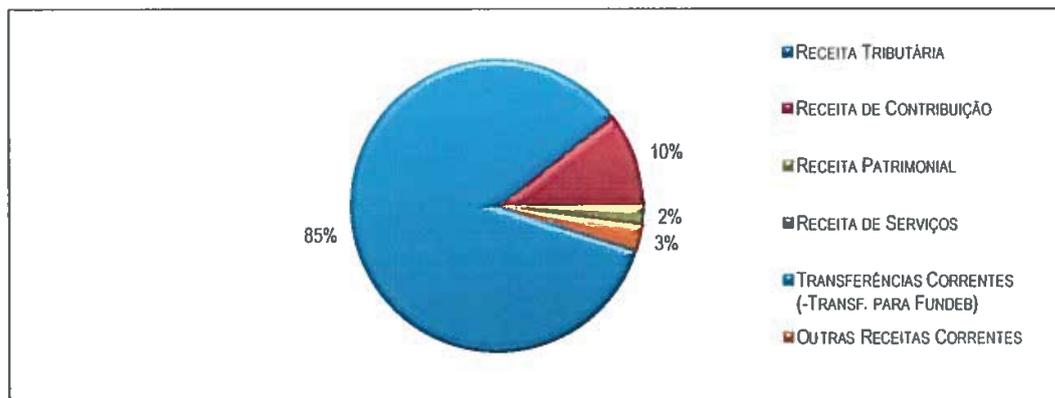


Fonte: Tabela 31

* Transferências Correntes, exceto transferências para o FUNDEB

As Receitas Tributárias representaram 85% do total das Receitas Correntes em 2014, conforme Figura 9 a seguir. No ano de 2013, esse percentual foi de 70%.

FIGURA 9 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE REALIZADA EM 2014



Fonte: Dados da Tabela 31

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003874 V9F50

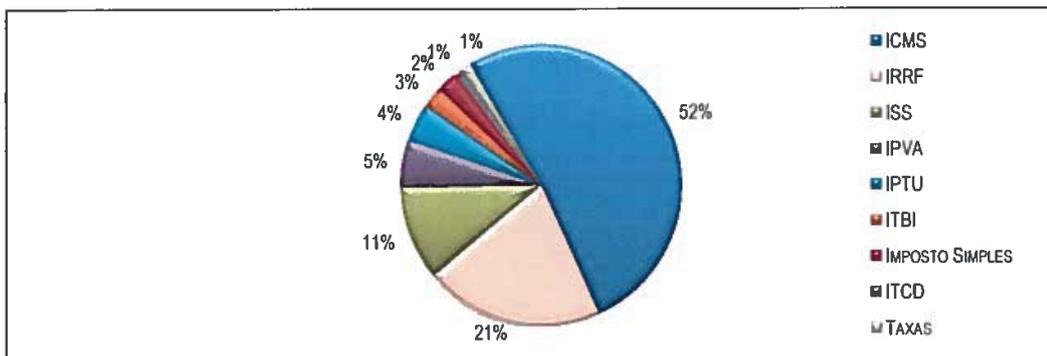


Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
55 de 74

Em razão da representatividade do grupo “Receita Tributária”, segue Figura 10 demonstrando a sua composição, e posteriormente algumas análises.

FIGURA 10 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA REALIZADA EM 2014



FONTE: DADOS DA TABELA 31

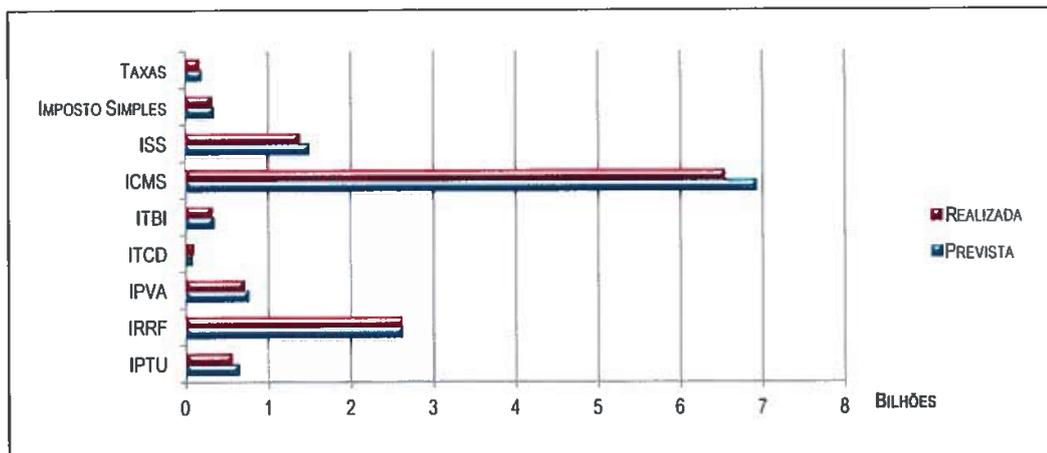
Observação: As descrições completas referentes às siglas dos impostos que compõem a Receita Tributária constam na Tabela 31.

Na comparação entre a arrecadação e a previsão, as execuções das receitas dos tributos que compõem a Receita Tributária também se aproximaram dos valores previstos, exceto quanto ao IPTU e Taxas, cujas realizações foram de 87% e 88%, respectivamente, e o ISS e IPVA, que realizaram 93% cada.

Por outro lado, verifica-se que apenas a arrecadação relativa ao ITCD excedeu o seu montante previsto, cujo percentual a maior foi de 26%. Vide Figura 11 a seguir:

FIGURA 11 – RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA X REALIZADA – 2014

R\$ 1,00



FONTE: DADOS DA TABELA 31

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 00375



RELATÓRIO PCA GOV 2014
 AVAIS E HAVERES
 56 de 74

TABELA 32 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA – 2010 A 2014 R\$ MIL.

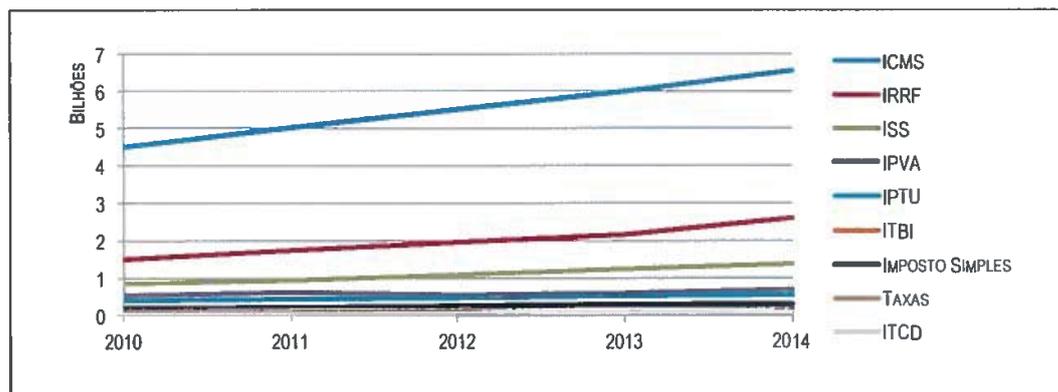
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
TRIBUTOS	2010 (A)	2011 (B)	2012 (C)	2013 (D)	2014 (E)		(E/D)-100
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%-RTT	%
ICMS	4.493.608	5.008.749	5.494.095	5.987.377	6.540.460	51,6	9,2
IRRF	1.503.877	1.742.844	1.957.896	2.165.085	2.612.009	20,6	20,6
ISS	856.498	941.303	1.083.338	1.238.746	1.375.364	10,9	11,0
IPVA	537.171	622.810	554.372	598.894	696.590	5,5	16,3
IPTU	400.008	446.247	474.722	525.284	550.372	4,3	04,8
ITBI	209.861	208.675	276.616	329.701	318.061	2,5	-3,5
IMPOSTO SIMPLES	193.124	221.399	243.915	275.986	312.771	2,5	13,3
TAXAS	125.577	135.865	149.268	169.578	171.284	1,4	01,0
ITCD	33.193	38.649	53.009	153.145	89.086	0,7	-41,8
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL (RTT)	8.352.921	9.366.541	10.287.232	11.443.797	12.665.997	100,0	10,7

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXERCÍCIO 2014 (MÊS DE REFERÊNCIA = 14); E
 RELAT. SOBRE O CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO DF / 2013
 * Percentual de cada Tributo em relação à Receita Tributária Total de 2014

Conforme Tabela 32, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013, observam-se acréscimos, em valores absolutos, na arrecadação de quase todos os tributos, à exceção apenas do ITBI e do ITCD. Dentre os acréscimos, destaca-se o IRRF, com 20,6%, seguido do IPVA e do Imposto Simples, que apresentaram 16,3% e 13,3% de acréscimos, respectivamente. Por outro lado, o ICMS apresentou acréscimo de 9,2%, mas a sua participação é de 51,6% do total da Receita Tributária, sendo o tributo de maior arrecadação.

O comportamento dos impostos quanto ao crescimento nos últimos cinco anos está representado na Figura 12:

FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA – 2010 A 2014 R\$ 1,00



FONTE: DADOS DA TABELA 32

SPL PDCD 00000 /15-Folha Nº 003375 Versão Final



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
57 de 74

4.1 LIMITES DAS RECEITAS REALIZADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO

A tabela a seguir demonstra as receitas realizadas com operações de crédito interna e externa no exercício de 2014, bem como o cumprimento dos limites definidos por Resolução do Senado Federal para essas operações.

TABELA 33 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REALIZADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2014 R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 3º QUAD./2015	ATÉ o 3º QUAD./2014
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	246.891.690	487.897.159
MOBILIÁRIA	0	0
INTERNA	0	0
EXTERNA	0	0
CONTRATUAL	246.891.690	487.897.159
INTERNA	231.958.270	461.058.739
ABERTURA DE CRÉDITO	0	0
AQUISIÇÃO FINANCIADA DE BENS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	0	0
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	0	0
ASSUNÇÃO, RECONHECIMENTO E CONFISSÃO DE DÍVIDAS (LRF, ART. 29, § 1º)	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0
EXTERNA	14.933.420	26.838.420
ABERTURA DE CRÉDITO	14.933.420	26.838.420
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0	0
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0	0
MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS E DE GESTÃO FISCAL, FINANC. E PATRIMONIAL	0	0
PROGRAMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – RELUZ	0	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014)	17.504.269.624	
TOTAL DAS OP. DE CRÉDITO CONSIDERADO P/ FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIM. DO LIMITE = (I)	487.897.159	2,79%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SF PARA AS OP. DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.800.683.140	16,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SF P/ AS OP. DE CRÉDITO POR ANTECIP. DA REC. ORÇAM.	1.255.298.874	7,00%

FONTE: DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (DODF Nº 6, ED. EXTRA DE 30/01/2015, P.21)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 33, constata-se que o Distrito Federal apresenta resultados muito abaixo dos limites estabelecidos para realização de receitas com operações de créditos internas e externas (2,79%) e por antecipação de receita (0%) quando comparados aos limites permitidos pela Resolução nº 43/2001-SF (16% e 7% respectivamente).



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
58 de 74

4.2 LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Tabela 34 apresenta os valores dos últimos cinco anos que compuseram a dívida consolidada com suas deduções e apurações da receita corrente líquida de cada exercício.

TABELA 34 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – COMPARATIVO 2010 A 2014 R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM				
	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
(I) DÍVIDA CONSOLIDADA – DC	4.043.685.745	4.234.211.615	4.430.824.188	4.620.378.402	5.075.662.908
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0	0	0	0	0
DÍVIDA CONTRATUAL	2.278.695.911	2.461.434.945	2.731.039.344	2.920.593.559	3.375.878.064
DÍVIDA INTERNA	1.866.477.091	1.953.391.762	2.395.714.147	2.547.054.691	2.752.634.309
(-) CRÉDITOS A RECEBER REF. À COBERTURA FCV/SICEF	77.216.362	100.841.608	310.709.105	314.124.254	112.935.792
DÍVIDA EXTERNA	489.435.182	608.884.790	646.034.302	687.663.122	736.179.547
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000 (INCLUSIVE)	1.665.877.245	1.692.156.887	1.699.784.844	1.699.794.844	1.699.784.844
OUTRAS DÍVIDAS	0	0	0	0	0
(II) DEDUÇÕES	1.961.924.753	2.187.352.487	2.997.893.114	2.069.240.348	1.456.738.870
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	1.928.470.516	2.242.497.583	2.357.824.147	1.650.448.305	1.028.601.692
DEMAIS HAVERES FINANCEIROS	124.349.811	99.888.425	765.192.772	532.474.674	537.223.080
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (SALDO A PAGAR)	90.895.574	155.033.521	125.123.804	113.682.632	109.085.902
(III) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL = (I – II)	2.081.760.992	2.046.859.128	1.432.931.073	2.551.138.054	3.618.924.037
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ANUAL – RCL	11.485.148.499	12.859.741.833	14.312.436.247	15.811.905.453	17.504.269.624
RELAÇÃO DA DC SOBRE A RCL = (I / RCL)	35,21%	32,93%	30,96%	29,22%	29%
RELAÇÃO DA DCL SOBRE A RCL = (III / RCL)	18,13%	15,92%	10,01%	16,13%	20,67%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SF Nº 40/2001	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200%
(IV) DETALHAMENTO DÍVIDA CONTRATUAL = (V + VI + VII + VIII)	2.278.695.911	2.461.434.945	2.731.039.344	2.920.593.559	3.375.878.064
(V) DÍVIDA DE PPP	0	0	0	319.677	0
(VI) PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	99.112.589	80.619.782	64.499.031	58.562.151	47.299.965
PARCELAMENTOS DE DÍVIDA (CONTRIB. SOCIAIS INSS)	92.686.681	80.619.782	64.499.031	58.562.151	47.299.965
OUTROS PARCELAMENTOS	6.425.909	0	0	0	0
(VII) DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2.179.583.321	2.380.815.162	2.666.540.313	2.861.711.730	3.328.578.098
INTERNA	1.690.148.139	1.771.930.372	2.020.506.011	2.174.048.608	2.592.398.551
EXTERNA	489.435.182	608.884.790	646.034.302	687.663.122	736.179.547
(VIII) DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0	0
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC:					
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	2.267.982.149	2.275.967.173	2.312.408.958	2.312.408.958	2.312.408.958

FONTE: DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – RGF (DODF Nº 6, ED. EXTRA DE 30/01/2015, P. 19/20); E

RELAT. SOBRE O CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVANÇOS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO DF DE 2013.

Nota: Diferenças nos valores da “dívida interna contratual” (R\$ 2.539.883.561), parcelamento de dívidas (R\$ 51.710.699), e percentual de 29,18%, do saldo em 31/12/2013, em relação ao RGF publicado em 30/01/2014.

Os valores absolutos e percentuais, informados no Demonstrativo apresentado na Tabela 34, indicam adequação do nível de endividamento do Distrito Federal, uma vez que respeitam o limite de 200% da Receita Corrente Líquida – RCL, definido no inc. I, do art. 3º, da Resolução nº 40/2001–SF, para a Dívida Consolidada Líquida.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVERES
59 de 74

Constata-se que o referido percentual de endividamento do DF em 2014 alcançou 20,67%, bem abaixo do limite legal de 200%. Observa-se, contudo, um acréscimo de 28,1% nesse índice, em comparação com o resultado apresentado no exercício de 2013, que foi de 16,13%.

4.3 ALIENAÇÃO DE BENS

A Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, por meio de seu art. 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público no financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, objetivando a preservação do Patrimônio Público.

Conforme o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, percebe-se que o total de receitas realizadas nessa rubrica, em 2014, alcançou aproximadamente R\$ 7,2 milhões, muito inferior ao montante previsto, que era de R\$ 149,8 milhões. Desse valor realizado, 73,9% correspondem à alienação de Bens Móveis, que equivale a R\$ 5,3 milhões e os demais 26,8%, que somam R\$ 1,9 milhão, correspondem à alienação de Bens Imóveis, conforme Tabela 35 a seguir.

TABELA 35 – RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS – 2014

R\$ 1,00

RECEITAS DE CAPITAL	PREVISTAS (A)	REALIZADAS (B)	SALDO A REALIZAR (C)	% (B) / (A)	% (B) / (TOTAL B)
TOTAL DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (C)	152.574.119	7.227.179	145.296.940	4,7	100,0
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.767.399	5.339.668	-2.574.269	192,9	73,9
FONTE 117	2.094.966	4.669.235	-2.574.269	222,9	
FONTE 210	0	0	0	0	
FONTE 217	670.433	670.434	670.434	100,0	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – FONTE 107	149.808.720	1.937.511	147.871.209	1,3	26,8

FONTE: DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS – RREO (DODF Nº 22, DE 29/01/2015, P. 17)

Quanto à execução desses recursos arrecadados, a dotação autorizada para 2014 era de aproximadamente R\$ 155,2 milhões, e foi liquidado apenas R\$ 2,3 milhões, ou seja, 1,5% do montante autorizado. A aplicação desses recursos está demonstrada na Tabela 36:



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HÁVERES
60 de 74

TABELA 36 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS – 2014 R\$ 1,00

FONTE	UG	NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA EXECUTADA		SALDO A REALIZAR
				LIQUIDADADA	RPnP*	
107	280905 – FUNDHIS	449039 OUTROS SERV. TERC. – PJ	12.976.412	0	0	12.976.412
		449051 OBRAS E INSTALAÇÕES	131.832.808	1.793.811	309.310	129.729.687
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000.000	0	0	5.000.000
SUBTOTAL DA FONTE 107			149.809.220	1.793.811	309.310	147.706.099
117	220904 – FUNPM	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	910.764	0	0	910.764
	320101 – SEPLAN	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.184.202	0	0	1.184.202
SUBTOTAL DA FONTE 117			2.094.966	0	0	2.094.966
210	190201 – NOVACAP	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.515.106	0	0	2.515.106
		449092 DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	84.894	0	0	84.894
SUBTOTAL DA FONTE 210			2.600.000	0	0	2.600.000
217	190201 – NOVACAP	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	670.433	497.049	0	173.384
SUBTOTAL DA FONTE 217			670.433	497.049	0	173.384
TOTALS			155.174.619	2.290.860	309.310	152.574.449

FONTE: DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS – RREO (DODF Nº 22, DE 29/01/2015, P. 17)

* RPnP – Restos a Pagar Não Processados

De acordo com os dados apresentados na Tabela 36, destaca-se que a maior parte da despesa não executada ocorreu na UG 280905 – FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL – FUNDHIS, cujo saldo a realizar representou 98,6% da Dotação Autorizada na fonte 107.

4.4 CONCESSÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Nos termos do art. 9º da Resolução nº 43/2001–SF, o saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo DF e pelos Municípios não poderá exceder a 22% da RCL, conforme estabelecido na alínea “c”, inc. I, do art. 55 da LRF.

Segundo o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que compõe o Anexo III do RGF (DODF nº 6, Edição Extra de 30/01/2015, p. 20), durante o exercício de 2014, o Distrito Federal não ofereceu garantias ou contragarantias para contratação de operações de crédito externa, tendo oferecido aval ou fiança em operações de crédito internas, no valor de R\$ 185.380.730, que corresponde a 1,06% da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 17.504.269.623.

As contragarantias se referem a contratos de operações de crédito firmados pela CEB Distribuição S/A – CEB com a Caixa Econômica Federal – CAIXA e com o Banco



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAIS E HAVERES
61 de 74

Nacional do Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, conforme registros contábeis na Conta de Controle nº 741.130.100 – AVAIS E GARANTIAS CONCEDIDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Diante do exposto, a concessão de garantias pelo Distrito Federal está bem abaixo do limite de 22% da RCL definido no art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001–SF, atendendo ao disposto no art. 40 da LRF.

4.5 REGRA DE OURO

Entende-se como “Regra de Ouro” o regulamentado pelo art. 167, inc. III, da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capitais, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

A LRF estabelece, no art. 32, § 3º, inc. I e II (incentivo a contribuintes e incentivo a instituição financeira), que para fins de apuração da despesa de capital, a ser confrontada com os ingressos das operações de crédito no exercício, serão deduzidos os empréstimos ou financiamentos a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, inclusive os concedidos por instituição financeira controlada pelo ente da Federação.

Dessa forma, de acordo com o Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2014, a receita realizada com operações de crédito importou em R\$ 487,9 milhões, não superando a Despesa de Capital Líquida, que apresentou montante executado de R\$ 1,8 bilhão e saldo a realizar de R\$ 3,3 bilhões.

TABELA 37 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL – 2014 R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	REALIZAÇÃO ATÉ O BIMESTRE (B)		SALDO A REALIZAR (C) = (A+B)	% (B) / (E+F)
(I) RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.411.716.927	487.897.159		1.923.819.767	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA PARA O EXERCÍCIO (D)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O BIMESTRE LIQUIDADAS (E)		SALDO A REALIZAR (G) = (D) – (E+F)	
			INSC. RPMP (F)		
DESPESAS DE CAPITAL	5.503.014.791	1.871.778.518	239.398.925	3.391.837.348	26,24
(-) INCENTIVO A CONTRIBUINTE	290.748.581	251.507.464	0	39.241.117	
(-) INCENTIVO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0	
(II) DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA	5.212.266.210	1.620.271.054	239.398.925	3.352.596.231	
TOTAL DESPESAS EXECUTADAS		1.859.669.980			
DIFERENÇA (I) – (II)	-2.800.549.283	-1.371.772.820		-1.428.776.463	

FONTE: DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS – RREO (DODF Nº 22, DE 29/01/2015, P. 16)

SPL FROC 00003 /15-Folha Nº 003573



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇOS E HAVES
62 de 74

Conclui-se, portanto, que o Governo do Distrito Federal cumpriu o limite definido como “Regra de Ouro” no exercício de 2014, considerando que as receitas de operações de crédito representaram 26,24% das despesas de capital líquidas apuradas.

5 DAS VEDAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM ANO ELEITORAL

A LRF estabelece algumas vedações a serem observadas no final do mandato do titular do Poder Executivo, as quais estão preceituadas nos seus arts. 21, 38 e 42, conforme transcrição a seguir:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

[...]

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

[...]

IV - estará proibida: [...]

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

[...]

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

(grifou-se)

Quanto ao cumprimento do art. 21 da LRF destaca-se a informação apresentada por meio do Ofício nº 9/2015–SUGEP/SEGAD, de 08/01/2015, de que não foi expedido ato que tenha resultado em aumento da despesa com pessoal após 03/07/2014.

No que se refere ao cumprimento do art. 38, o Demonstrativo das Operações de Crédito, do RGF 3º Quadrimestre/2014, Tabela 33 deste Relatório, demonstra que não foram contratadas operações de crédito por antecipação de receita.

SEL PROCE 00003 /15-FOLHA Nº 003378 VERSÃO PAULE



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
63 de 74

Em atenção ao art. 42 da LRF, destacam-se as informações apresentadas nos subtópicos 3.1.1 – DÍVIDA FLUTUANTE e 3.1.1.1 – ANÁLISE DE RESTOS A PAGAR, deste Relatório, considerando a insuficiência financeira de R\$ 15.250.607 antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados, apenas no âmbito do Poder Executivo, bem como as ressalvas: a) quanto à permanência indevida de saldos de notas de empenho inscritas indevidamente em restos a pagar, por falta de conciliação prévia por parte das unidades gestoras, e b) quanto aos valores apurados de dívidas não inscritas em restos a pagar.

6 CONCLUSÕES

Em face dos exames efetuados e limitados ao escopo deste Relatório, apresentam-se as seguintes constatações:

1. A Dívida Pública do DF em 2014 foi composta de 84% consolidada ou fundada e 16% flutuante;
2. As despesas com os Restos a Pagar não Processados, em 2014, representaram 90,9% do montante da Dívida Flutuante;
3. O Poder Executivo do Distrito Federal apresentou insuficiência financeira de R\$ 15,2 milhões antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados. O Poder Legislativo apresentou suficiência financeira de R\$ 86,1 milhões. A apuração da suficiência financeira entre os Poderes Executivo e Legislativo é positiva em R\$ 70,9 milhões.
4. Houve permanência de saldos de Restos a Pagar Processados do exercício de 2013, da ordem de R\$ 9,9 milhões, por ocasião do encerramento do exercício de 2014;
5. Foi apurada a existência de despesas a pagar, não inscritas em Restos a Pagar, de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, segundo levantamento apresentado pela Câmara de Governança-DF, ressalvadas as inconsistências informadas;
6. O Índice de Liquidez do Ativo Disponível em relação à Dívida Flutuante, em dezembro de 2014, foi de 1,07, maior que o índice de 2013, que foi de 1,02. A queda mais expressiva se observa em relação a 2012, cujo índice de liquidez apurado foi de 2,17;
7. A Conta Única do Tesouro Distrital apresentou saldo contábil negativo da conta movimento, de R\$ 18.815.07515, e saldo contábil de aplicação de

SP/L PROC 00003 /15-Folha Nº 003579



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
64 de 74

curto prazo de R\$ 64.201,07. As disponibilidades de caixa bruta, segundo as informações contábeis, foram de R\$ 1.028.882.865, em 31/12/2014.

8. A Dívida Contratual (interna e externa) do DF, em 2014, representou 67% do montante da Dívida Consolidada Líquida, e juntamente com o saldo devedor de Precatórios (posteriores a 05/05/2000) correspondeu a 100%, ressalvando que o saldo contábil desse último não guarda compatibilidade com o passivo efetivo;
9. As liberações financeiras ocorridas em 2014, provenientes dos contratos firmados pelo DF (dívida interna e externa), somaram o valor de R\$ 487,9 milhões, sendo 95,5% em liberações derivadas de contratos internos;
10. Há a previsão de contratação de 15 operações de crédito internas e quatro operações de crédito externas, no montante estimado de R\$ 2,3 milhões;
11. Foram observadas inconsistências nos registros contábeis nas Carteiras de Crédito da CODHAB, conforme relatado no subtópico 3.1.2.2 – DÍVIDA CONTRATUAL (FINANCIAMENTOS e CRÉDITOS A RECEBER REFERENTES À COBERTURA DO FCVS) deste Relatório;
12. Os valores e informações apresentadas no módulo “Gestão de Precatórios”, referentes aos precatórios da Administração Direta, não guardam fidedignidade com os valores efetivos e com as informações constantes das planilhas, cadastros e registros contábeis existentes;
13. Houve redução, em 2014, de R\$ 11,8 milhões no saldo de Parcelamento de Dívidas (INSS), equivalente a 22,8% do saldo de 2013;
14. Em 2014 o Distrito Federal ofereceu aval para operações de crédito internas no montante de R\$ 185,4 milhões, que corresponde a 1,06% da Receita Corrente Líquida, tendo cumprido o limite que é de 22%;
15. Em 2014 os Haveres Financeiros do DF apresentaram um aumento de aproximadamente R\$ 4,7 milhões, equivalentes a 0,9% do saldo final de 2013;
16. Houve redução das participações acionárias dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF, da ordem de R\$ 9,3 milhões, decorrentes, especialmente, de desvalorizações de participações societárias. Quanto aos adiantamentos para participações acionárias foram apropriados R\$ 28,7 milhões em 2014;

S/L FROE 00003 /15-Folha Nº 003379 vers. 2.0
Paula



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
65 de 74

17. Em 2014 houve um aumento de cerca de 20,8% nas inscrições da dívida ativa tributária e de 27% da dívida ativa não tributária. No total, incluindo o DETRAN e o IBRAM, o aumento foi da ordem de 21,1%.
18. Em 2014 houve acréscimo da RCL realizada em 11%, comparando-se os números absolutos em relação a 2013;
19. Em 2014 as receitas realizadas com Operações de Crédito, no montante de R\$ 487,9 milhões, representaram 2,79% da Receita Corrente Líquida, portanto, dentro do limite de 16%, imposto pelo inc. I do art. 7º, da Resolução nº 43/2001-SF;
20. Não houve contratação de operação de crédito por Antecipação de Receita pelo DF, no exercício de 2014;
21. Houve aumento do índice de endividamento do DF (DCL/RCL), o qual passou de 16,13% em 2013 para 20,67% em 2014;
22. Houve aumento de 10,7% na arrecadação dos impostos comparando-se os valores absolutos relativos aos exercícios de 2014 com os de 2013;
23. Foi executado 1,5% da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público;
24. O Distrito Federal cumpriu a “Regra de Ouro” definida no art. 167, inc. III da CF, considerando que as receitas de operações de crédito representaram 26,24% das despesas de capital líquida apuradas;
25. Foram observadas as vedações contidas nos arts. 21 e 38 da LRF, constando ressalvas quanto ao cumprimento do art. 42, conforme relatado no tópico 5 deste Relatório.

SFL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003880



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
66 de 74

ANEXOS

ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110101 – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS						
EMPRESAS (CONTA CORRENTE*)	UNIDADE GESTORA		SALDO			
	CÓDIGO/DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
208000100 BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	818.146	0	818.146
	130901		FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	483.414.535	0	483.414.535
	180201		FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DF	3.356	0	3.356
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	5.091.180	666.198	5.757.378
SUBTOTAL				489.327.217	666.198	489.993.415
37127000185 SOCIEDADE TRANSP. COLET. DE BRASÍLIA	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	12.516.574	0	12.516.574
	130901		FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	16.206.758	0	16.206.758
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	248	0	248
SUBTOTAL				28.723.580		28.723.580
37226000167 SOCIEDADE DE ABASTEC. DE BRASÍLIA – SAB	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	4.495.490	0	4.495.490
	130901		FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	10.625.686	0	10.625.686
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	65.313	0	65.313
SUBTOTAL				15.186.490		15.186.490
58578000107 TELEBRASÍLIA – TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	115.736	0	115.736
	180201		FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DF	53.698	0	53.698
	200202		DEPTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF – DER/DF	2.542	0	2.542
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	35.901	-35.901	0
SUBTOTAL				207.876	-35.901	171.976
314310000180 CEASA – CENTRO DE ABASTECIMENTO DO DF	130901		FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	4.710.119	0	4.710.119
SUBTOTAL				4.710.119		4.710.119
336701000104 TELEBRAS – TELECOMUNICAÇÕES. BRASILEIRAS S.A	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	132.910	0	132.910
	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	9	0	9
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	254	0	254
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	188	0	188
	200202		DEPTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF – DER/DF	4.090	0	4.090
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	25	-16	9
280209		COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	188	0	188	
SUBTOTAL				137.664	-16	137.647
359877000173 COMP. IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	101.930.622	0	101.930.622
SUBTOTAL				101.930.622	0	101.930.622

SPL FPOC 00003 /15-Folha Nº 003500 VER-SPL
Sauê



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
67 de 74

ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110101 – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS						
EMPRESAS (CONTA CORRENTE*)	UNIDADE GESTORA		SALDO			
	CÓDIGO/DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
1548981000179 INVESTIMENTOS BEMGE S/A	130901		FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	42.793	0	42.793
SUBTOTAL				42.793	0	42.793
2320032000108 TELEBRASILIA	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	37.196	0	37.196
	200202		DEPTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF – DER/DF	30.501	0	30.501
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	885	-885	0
SUBTOTAL				68.582	-885	67.698
2558074000173 VIVO PARTICIPAÇÕES S/A	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	3.171	0	3.171
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	155.258	0	155.258
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	2.110	7.346	9.456
	280209		COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	20.637	0	20.637
SUBTOTAL				181.175	7.346	188.521
2558115000121 TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	33.355	0	33.355
	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	1.783	0	1.783
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	14.867	0	14.867
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	19.017	1.007	20.024
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	1.111	-1.111	0
	280209		COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	2.980	0	2.980
SUBTOTAL				73.113	-104	73.009
2558118000165 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	2.702	0	2.702
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	90.360	0	90.360
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	3.813	-3.813	0
	280209		COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	782	0	782
SUBTOTAL				97.656	-3.813	93.843
2558124000112 EMBRATEL PARTICIPACOES_S/A	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	148.477	0	148.477
	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	3.093	0	3.093
	190201		COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	17.590	1.230	18.819
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	2.280	-1.608	672
SUBTOTAL				171.440	-378	171.062
2558129000145 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	4.982	0	4.982
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	41.555	0	41.555
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	1.812	-1.812	0
SUBTOTAL				48.349	-1.812	46.537
2558132000169 TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	130201		COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	12.967	0	12.967
	160201		FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	32.890	0	32.890
	200204		COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	6.010	-6.010	0
SUBTOTAL				51.867	-6.010	45.857

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003881



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
68 de 74

ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014

RS\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110101 – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS					
EMPRESAS (CONTA CORRENTE*)	UNIDADE GESTORA		SALDO		
	CÓDIGO/DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO
2558134000158 TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S/A	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	744.752	0	744.752
	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	21.144	0	21.144
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	256.711	0	256.711
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	302	173	475
SUBTOTAL			1.022.909	173	1.023.082
2558144000193 TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	344	0	344
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	8.824	0	8.824
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	166	-166	0
SUBTOTAL			9.334	-166	9.168
2558154000129 TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	5.209	0	5.209
	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	421	0	421
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	10.173	0	10.173
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	290	-290	0
	280209	COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	395	0	395
SUBTOTAL			16.488	-290	16.198
2558156000118 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	1.766	0	1.766
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	26.606	0	26.606
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	286	-286	0
SUBTOTAL			28.658	-286	28.372
2558157000162 TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. – TELESP	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	520.649	0	520.649
	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	24.108	0	24.108
	150205	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DF – SLU	9.469	0	9.469
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	170.703	0	170.703
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	4.740.267	114.723	4.854.990
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	15.630	-13.755	1.875
	280209	COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	6.801	0	6.801
SUBTOTAL			5.487.626	100.968	5.588.594
2570688000170 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S/A	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	14.056	0	14.056
	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	165.768	0	165.768
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	6.010	-6.010	0
	280209	COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	3.388	0	3.388
SUBTOTAL			189.222	-6.010	183.212
4032433000180 CONTAX PARTICIPAÇÕES S/A	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	1.079	303	1.382
SUBTOTAL			1.079	303	1.382

S/L PROJ 000003 /15-Folha: 19 003031 Versão: 2014



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVAIS E HAVERES
69 de 74

ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110101 – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS					
EMPRESAS (CONTA CORRENTE*)		UNIDADE GESTORA		SALDO	
CÓDIGO/DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
4295166000133 TELEFONICA DATA BRASIL HOLDING S/A.	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	302		302
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	174	-174	0
SUBTOTAL			476	-174	302
1089080400016 FINOR – FUNDO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	14	0	14
			14	0	14
SUBTOTAL					
130201-13201 COMP. DE PLANEJAMENTO DO DF – CODEPLAN	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	441.016	0	441.016
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	11.750.618	0	11.750.618
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	41.868	0	41.868
SUBTOTAL			12.233.502	0	12.233.502
190201-19201 COMP. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	14.991.378	0	14.991.378
			14.991.378	0	14.991.378
SUBTOTAL					
190202-19202 COMP. DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF – CAESB	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	769.882.174	0	769.882.174
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	51.128.638	0	51.128.638
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	382.875	53.072	435.947
SUBTOTAL			821.393.686	53.072	821.446.759
190204-19204 COMP. ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	187.243.137	0	187.243.137
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	49.250.251	0	49.250.251
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	11.561.643	-9.150.629	2.411.014
SUBTOTAL			248.055.030	-9.150.629	238.904.402
190206-19206 (COMP. DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF – CAESB)	320205	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA – SAB	131	0	131
			131	0	131
SUBTOTAL					
200204-20204 COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	2.499.062.026	0	2.499.062.026
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	555.236	0	555.236
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	17.876	0	17.876
	200201	SOCIED. DE TRANSP. COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB	37.712	0	37.712
SUBTOTAL			2.499.672.850	0	2.499.672.850
210203-21203 EMPRESA DE ASSIST. TEC. E EXTENSÃO RURAL – EMATER	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	258.889	0	258.889
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	418.871	0	418.871
SUBTOTAL			677.761	0	677.761
210204-21204 SOCIEDADE DE ABASTEC. DE BRASÍLIA S/A – SAB	200201	SOCIED. DE TRANSP. COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB	11	0	11
			11	0	11
SUBTOTAL					

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 000382



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇADOS E HAVERES
70 de 74

ANEXO I – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS – EXERCÍCIO 2014

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110101 – PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS					
EMPRESAS (CONTA CORRENTE*) CÓDIGO/DESCRIÇÃO	UNIDADE GESTORA		SALDO		
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
33433665000148 TIM PARTICIPAÇÕES SA	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	0	1.072	1.072
SUBTOTAL			0	1.072	1.072
33530486000129 EMBRATEL – EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNICAÇÕES	160201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	96.455	0	96.455
SUBTOTAL			96.455	0	96.455
34274233000102 PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	6.867.048	0	6.867.048
	130901	FUNDO DE DESENV. DO DF – FUNDEFE	46.145	0	46.145
SUBTOTAL			6.913.193	0	6.913.193
76535764000143 BRASIL TELECOM S.A	130101	SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DF	624.488	0	624.488
	130201	COMP. DE PLANEJ. DO DF – CODEPLAN	7.981	0	7.981
	150205	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DF – SLU	2.184	0	2.184
	190201	COMP. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	1.883.750	-975.176	908.575
	200204	COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	0	7.322	7.322
	280209	COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	337	0	337
SUBTOTAL			2.518.740	-967.853	1.550.886
TOTAL GERAL			4.254.267.084	-9.345.193	4.244.921.891

FONTE: SIGGo/DISCOVERER

SOL PROC 000003 /15-FOLHA Nº 003382 VERSÃO *Franca*



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
71 de 74

ANEXO II – HAVERES MOBILIÁRIOS DO GDF – ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL – EXERCÍCIO 2014

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 122110104 – ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL						
CONTA CORRENTE*	UNIDADE GESTORA		SALDO			
	CÓDIGO/DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAL	MOVIMENTAÇÃO	FINAL
110905-11905 – FUNDO GARANTIDOR DE PPP	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	0	10.000.000	10.000.000
SUBTOTAL				0	10.000.000	10.000.000
190201-19201 COMP. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	630.344.624	0	630.344.624
SUBTOTAL				630.344.624	0	630.344.624
190202-19202 COMP. DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF – CAESB	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	4.040.501	18.697.199	22.737.700
	130103		SEÇÃO DE ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE FAZENDA	0	0	0
SUBTOTAL				4.040.501	18.697.199	22.737.700
190204-19204 COMP. ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	223.086.352	0	223.086.352
SUBTOTAL				223.086.352	0	223.086.352
200204-20204 COMP. DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	2.968.328	0	2.968.328
SUBTOTAL				2.968.328	0	2.968.328
210203-21203 EMPRESA DE ASSIST. TEC. E EXTENS. RURAL – EMATER	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	27.998	0	27.998
SUBTOTAL				27.998	0	27.998
240201-24201 EMPRESA BRASILENSE DE TURISMO – BRASILATUR	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	182.880	0	182.880
SUBTOTAL				182.880	0	182.880
280208-28208 INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS – IBRAM	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	438	0	438
SUBTOTAL				438	0	438
280209-28209 COMP. DE DESENV. DA HABITAÇÃO DO DF – CODHAB	130101		SECRETARIA DE EST. DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	61	0	61
SUBTOTAL				61	0	61
TOTAL				860.651.181	28.697.199	889.348.381

FONTE: SIGGo/DISCOVERER

CPF: 00000000 / 15-folha nº 0003835



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇANDO
72 de 74

ANEXO III – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS DO GDF E SIGLAS

SIGLAS	DESCRIÇÃO DAS UNIDADES
AR DA CEILÂNDIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA – RA IX
AR DA FERCAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL – RA XXI
AR DE ÁGUAS CLARAS	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX
AR DE BRASÍLIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I
AR DE BRAZLÂNDIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV
AR DE CANDANGOLÂNDIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CANDANGOLÂNDIA – RA XIX
AR DE PLANALTINA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI
AR DE SAMAMBAIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII
AR DE SANTA MARIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII
AR DE SÃO SEBASTIÃO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV
AR DE SOBRADINHO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V
AR DE SOBRADINHO II	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI
AR DE TAGUATINGA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III
AR DO CRUZEIRO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI
AR DO GAMA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II
AR DO GUARÁ	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X
AR DO ITAPOÁ	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÁ – RA XXVIII
AR DO JARDIM BOTÂNICO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RAXXVII
AR DO LAGO NORTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XXVIII
AR DO LAGO SUL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – RA XVI
AR DO NÚCLEO BANDEIRANTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII
AR DO PARANÓ	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ – RA VII
AR DO PARK WAY	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV
AR DO RECANTO DAS EMAS	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
AR DO RIACHO FUNDO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII
AR DO RIACHO FUNDO II	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI
AR DO SCIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMP. DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXV
AR DO S I A	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXIX
AR DO VARJÃO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII
AR DE VICENTE PIRES	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX
AR DO SUDOESTE/OCTOGONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII
PGDF	PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
SEDEC	SECRETARIA DA DEFESA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
SEAP	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SEAGRI	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SEAE	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
SECRIANÇA	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA

SPL PROJ 00003 /15-Folha nº 003033 Versão Paula



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
73 de 74

ANEXO III – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS DO GDF E SIGLAS

SIGLAS	DESCRIÇÃO DAS UNIDADES
SECTI	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECULT	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
SERM	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO DF
SDE	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SEDEST	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA
SEE	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SESP	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE
SEF	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SEGOV	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
SEDHAB	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
SEJUS	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
SEMARH	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
SEMPES	SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA
SEM	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
SO	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEOPS	SECRETARIA DE ESTADO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
SEPLAN	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SEPI	SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
SERCOND	SECRETARIA DE ESTADO DE REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
SES	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SSP	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SETRAB	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO
STC	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE
STDF	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
SECOPA	SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA
SEPIR	SECRETARIA ESPECIAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
SEI	SECRETARIA ESPECIAL DO IDOSO
VICE	VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL
GOVERNADORIA	GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL
CACI	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
CBMDF	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PCDF	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
PMDF	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
AGEFIS	AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ADASA	AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DF

SFL FNOC 00003 /15-Folha Nº 003824



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
AVANÇ E HAVERES
74 de 74

ANEXO III – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS DO GDF E SIGLAS

SIGLAS	DESCRIÇÃO DAS UNIDADES
ARPDF	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
BRB	BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A
CAESB	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CEB	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A
CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A
CEB GÁS	COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEB GÁS
CODHAB	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
CODEPLAN	COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL
DPDF	DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
DFTRANS	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL
FUNAP	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL
FAP	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA
FEPECS	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
FHB	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
FJZB	FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA
FUNDHIS	FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
INAS	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
IPREV	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
IBRAM	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
JBB	JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA
METRÔ	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL
NOVACAP	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
SLU	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
SAB	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA
TCB	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA
TERRACAP	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

FONTE: SÍTIOS ELETRÔNICOS DAS UNIDADES DO GDF

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003384 vers 50 Paula